

Relação Anual de Informações Sociais

RAIS – 2007

**Dados Estatísticos da
Empregabilidade no Brasil**

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário-Executivo

André Figueiredo

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Max Monjardim Maneschy

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Ezequiel Sousa do Nascimento

Diretor do Departamento de Emprego e Salário

Rodolfo Péres Torelly

Coordenadora-Geral de Estatísticas do Trabalho

Maria Emília Piccinini Veras

EQUIPE TÉCNICA

Maria das Graças Parente Pinto

Carlos Alberto Ramos

Christiane Costa Pimentel

Laender Valério Batista

Rosângela Jardim de Farias

Silas Franco de Toledo

Relação Anual de Informações Sociais

RAIS – 2007

**Dados Estatísticos da
Empregabilidade no Brasil**

Brasília, DF – 2008

© 2007 – Ministério do Trabalho e Emprego

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Tiragem: 3.000 exemplares

Edição e Distribuição: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
Departamento de Emprego e Salário
Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho
Esplanada dos Ministérios, Bl. F, Edifício-Anexo,
Ala B, Sala 211
CEP: 70059-900 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317-6667
E-mail: cget.sppe@mte.gov.br

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca. Seção de Processos Técnicos – MTE

R382 Relação Anual de Informações Sociais: RAIS – 2007: Dados estatísticos da empregabilidade no Brasil – Brasília: MTE, SPPE, DES, CGET, 2008.
94 p.

1. Relação Anual de Informações Sociais. 2. Mercado de trabalho, Brasil. 3. Emprego formal, estatística, Brasil. I. Brasil. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). II. Brasil. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). III. Brasil. Departamento de Emprego e Salário (DES). IV. Brasil. Coordenação-Geral de Estatísticas do Trabalho (CGET).

CDD 331.120981

Sumário

Apresentação	7
Uso e Potencialidades da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2007	9
I. Introdução	9
II. Estoque de Empregos Formais: Evolução e Fontes Setoriais de Variação	11
III. A Questão da Discriminação: A Oferta de Novos Empregos, Segundo Gênero e Raça	15
IV. Educação e Salários	19
V. Faixa Etária, Emprego	22
VI. Tamanho do Estabelecimento, Emprego	23
VII. Segmentação Espacial	24
VIII. Emprego e Salários dos Portadores de Necessidades Especiais	26
IX. Comentários Finais	27
Características do Emprego Formal, Segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2007	29
Principais Resultados da RAIS – 2007	30
I. Emprego	33
II. Remuneração	43
III. Raça/Cor	51
IV. Portadores de Necessidades Especiais	54
Características do Emprego Formal	58

Apresentação

Se uma sociedade pretende possuir um mínimo de controle sobre seu futuro, para concretizar seus anseios, deve ter capacidade de descrever o presente e fazer prognósticos sobre seu futuro, a fim de, em caso necessário, alterar o curso presente para que o futuro desejado se situe o mais próximo possível daquele que se vai concretizar. As atividades de análise, prospecção e intervenção são inimagináveis sem um sistema estatístico capaz de fundamentar os diagnósticos, desenhar as políticas e avaliá-las, a fim de introduzir as correções pertinentes. Não obstante os registros administrativos sobre batismos, casamentos e mortes já estarem presentes na Inglaterra do Século XVII, tabelas sobre mortalidade e esperança de vida foram desenvolvidas também nesse século e as estimativas de população a partir de uma amostra terem sido um avanço do Século XVIII, a estatística, no sentido moderno do termo, foi uma ciência que adquiriu sua plenitude no Século XIX, com o advento do Estado contemporâneo. A modernidade pode ser descrita como a constante procura, por parte do Estado, em descrever as sociedades, administrá-las e transformá-las. É ilusório supor a concretização dessas atividades sem um sistema estatístico bem ancorado tecnicamente, socialmente confiável e de democrático acesso.

Desde que, em meados dos anos de 1970, a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) foi desenvolvida como um registro administrativo para monitorar a mão-de-obra estrangeira, até hoje, quando a mesma constitui um dos pilares do sistema estatístico do País, essa base de dados, administrada no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, foi incorporando o que existe de mais moderno em termos de coleta de dados, análise de consistência e alternativas de divulgação. Paralelamente a esses aspectos técnicos, as sucessivas demandas sociais foram se concretizando nos diferentes quesitos que integram a declaração. Assim, a variável raça/cor e a questão dos portadores de necessidades especiais, antes inexistentes na RAIS, hoje fazem parte das estatísticas habitualmente disponibilizadas como formas de induzir o debate, desenvolver diagnósticos e desenhar políticas para propiciar uma efetiva igualdade de oportunidades.

Dentro desse contexto geral, hoje está sendo divulgada esta publicação com os dados da RAIS – 2007. O objetivo não consiste em esgotar os aspectos econômicos e sociais que podem ser abordados a partir de uma base de dados tão rica como a RAIS. Contrariamente, o objetivo é bem mais modesto e consiste em elencar uma série de potenciais usos desse registro administrativo e caracterizar umas poucas tendências da conjuntura recente.

Nesse sentido, o leitor poderá perceber o dinamismo da demanda de trabalho formal (o estoque de assalariados no segmento formal do mercado de trabalho apresentou crescimento de quase 7%, sendo criados 2,5 milhões de empregos) e certos aspectos de cunho mais estrutural. Os dados da RAIS indicam que, não obstante termos perceptivelmente avançado em matéria de formalização das relações trabalhistas, outros aspectos sociais continuam sendo um desafio que o Brasil enfrenta. A discriminação por gênero e raça é inegável, e esse fenômeno persiste. Os menores salários têm experimentado uma elevação no seu poder de compra em patamares superiores à média, mas o poder de compra dos salários, em geral, não tem se recuperado na mesma magnitude do emprego. Os diferenciais de rendimentos entre regiões continuam sendo enormes. Ou seja, a partir dos dados da RAIS – 2007 podemos quantificar tanto os avanços como as pendências.

Se a tarefa de um Estado moderno consiste em descrever, administrar e transformar uma sociedade e o sistema estatístico ancora essas tarefas, a divulgação dos dados para a sociedade civil permite democratizar essas atividades e torná-las mais transparentes. Hoje, o Ministério do Trabalho e Emprego, ao divulgar os dados, ao identificar avanços e ao colocar desafios pendentes, está não unicamente prestando contas à sociedade de suas atividades, mas também chamando-a para subsidiá-lo em suas tarefas, esperando diagnósticos, sugestões de políticas e avaliações que possibilitem que nossos anseios de crescimento e redução das desigualdades se concretizem em um futuro próximo.

CARLOS LUPI

Ministro do Trabalho e Emprego

Uso e Potencialidades da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – 2007

I. Introdução

- I.1 Na sua origem, meados dos anos de 1970, a RAIS foi imaginada como sendo, essencialmente, um registro administrativo e, complementarmente, como uma base estatística. Foi desenhada como um registro administrativo, uma vez que seu objetivo, não exclusivo, mas primordial, consistia em servir de base para o controle da mão-de-obra estrangeira no segmento formal do mercado de trabalho. Subsidiariamente, à medida que para realizar esse controle precisava-se de um levantamento integral do universo assalariado celetista e estatutário, a RAIS era uma natural candidata a constituir-se em uma das principais bases de dados do País.
- I.2 Com o transcorrer dos anos, essa configuração inicial mudou. Se na origem prevalecia a perspectiva de ser um registro administrativo e complementarmente uma base estatística, a riqueza e a potencialidade da base de dados a concretizaram como tal como a intuição já identificava há mais de 30 anos. A RAIS foi amadurecendo tecnicamente e sua potencialidade teórica se transformou em uma singularidade específica, sendo hoje um pilar no sistema estatístico no Brasil. Continua sendo, logicamente, um registro administrativo e seu sistema de informações não unicamente serve para fiscalizar o cumprimento do marco legal que regula as relações assalariadas senão, também, é imprescindível para o pagamento de certos benefícios sociais, como o Abono Salarial. Contudo, o balanço agora está inclinado a favor da base estatística e, nesse sentido, o aprimoramento da mesma acompanhou a evolução técnica e a riqueza dos dados a tornou uma natural candidata para avaliar, questionar e debater as idéias econômicas e sociais e as políticas públicas que prevaleceram nas últimas décadas.

- I.3 No tocante aos aspectos técnicos, a coleta, análise de consistência e divulgação das informações incorporaram de forma permanente os logros que na área de informática iam-se disponibilizando em cada momento do tempo. As equipes técnicas do Ministério do Trabalho e Emprego sempre estiveram atentas aos logros da pesquisa e ao desenvolvimento na área, da coleta e divulgação em papel (prática usual até início da década de 1990) passou-se, em poucos anos, para a coleta via Internet, assim como, da divulgação exclusivamente de tabelas prontas, passou-se a um sistema gerador de tabelas também na web. Em geral, toda a coleta, tratamento e divulgação de dados utiliza uma tecnologia que está na fronteira da área dos países mais desenvolvidos.
- I.4 Paralelamente a essa dimensão técnica, novas questões na área econômico-social também impunham a necessidade de mudanças e colocavam o desafio de satisfazer novas demandas. A crescente preocupação com a desigualdade e as fontes do crescimento econômico e o correlato desenvolvimento de pesquisas (na academia) e de políticas públicas (no âmbito da burocracia estatal) levaram a um exponencial aumento na relevância de uma base de dados como a RAIS, dada sua combinação pouco usual de excelência técnica, enorme abrangência espacial e incomum diversidade de variáveis. Por outra parte, a questão da desigualdade colocou outros desafios. Especificamente, outros quesitos, de mais difícil tratamento estatístico, eram requeridos. A contemplação de variáveis como a raça/cor e portador de necessidades especiais são a manifestação dessas novas demandas e da perícia das equipes técnicas do Ministério do Trabalho e Emprego em satisfazer esses requerimentos, não obstante o enorme desafio que representavam. A qualidade e o prestígio que, nacional e internacionalmente, a RAIS possui como seu patrimônio devem ser conservados e mesmo aprimorados.
- I.5 Nesse contexto, a RAIS – 2007 combina as intrínsecas virtudes de um registro administrativo (abrangência espacial,

enorme leque de variáveis, possibilidade de cortes sem perder representatividade, etc.) e que já bem conhecem os tradicionais usuários tanto na academia como no setor público e na sociedade civil, com outras variáveis incorporadas no passado recente e que hoje se está disponibilizando, como são os quesitos referentes a raça/cor e portadores de necessidades especiais. Dada a diversidade de variáveis, a potencialidade da RAIS para testar modelos teóricos, desenvolver diagnósticos, fundamentar desenhos de política, avaliar políticas públicas e ancorar posicionamentos no debate nacional, por exemplo, é enorme. O objetivo do presente documento não poderia ser, assim, esgotar o leque de possibilidades de análises. De forma muito mais modesta, nas próximas seções se pretende evidenciar a potencialidade da RAIS como base de dados para pesquisas, análises e avaliações a partir de uns poucos exemplos de cruzamentos, talvez os mais usualmente mencionados na agenda pública, não devendo ser assumidos como esgotamento das possibilidades. Contrariamente, o objetivo será assinalar as potencialidades da RAIS como base de dados para ancorar interpretações e não mencionar os limites que, em realidade, são quase inesgotáveis.

II. Estoque de Empregos Formais: Evolução e Fontes Setoriais de Variação

- II.1 Quando se avalia quantitativamente um mercado de trabalho ou um segmento dentro dele, a primeira aproximação é, corriqueiramente, o número de empregos ou, em outros termos, o estoque de vínculos empregatícios. Nesse momento, dois esclarecimentos parecem pertinentes. Em primeiro lugar, expressando-se rigorosamente em termos técnicos, tem-se que falar em vínculos e não em indivíduos empregados. Um registro administrativo como a RAIS contabiliza os vínculos existentes e não os indivíduos, uma vez que um assalariado pode ter mais de um vínculo. Em geral, pode-se falar em empregos como sendo sinônimo de vínculos, tendo em vista

que cada vínculo expressa, em última instância, um posto de trabalho. Contudo, deve-se evitar o uso de vínculo ou posto de trabalho e indivíduos como sinônimo. Um segundo comentário que, por mais conhecido que seja, não deve deixar de ser mencionado diz respeito ao universo representado pela RAIS. Este está restrito ao segmento formal do mercado de trabalho e consiste na contabilização da soma dos empregos assalariados regulados pela Consolidação da Legislação Trabalhista (CLT) e os estatutários. Em realidade, esses são dois subconjuntos do segmento formal, com formas de regulação e dinâmica muito próprias. Por exemplo, o emprego regulado pela CLT será sensível ao ciclo macroeconômico conjuntural, os desligados sem justa causa (preenchidos certos requisitos) terão direito ao seguro-desemprego, etc. No caso dos estatutários, os mesmos gozarão de estabilidade no emprego e, assim, as alterações de seu estoque obedecerão a outra lógica que não a fase do ciclo de curto prazo, etc. Contudo, apesar dessa singularidade, existe um denominador comum que leva a uma agregação desses dois subconjuntos: em ambos os casos as relações de trabalho obedecem a uma regulação estatal. Nesse sentido, podem ser assumidos como postos de trabalho de qualidade (maiores salários, maior proteção, maiores benefícios sociais, etc.) *vis-à-vis* os empregos do segmento informal (assalariados sem Carteira de Trabalho assinada, por exemplo).

- II.2 Nessa perspectiva, a avaliação quantitativa do mercado de trabalho deve ser combinada com a qualitativa. Em outros termos, a avaliação não pode estar restrita a quantos empregos o crescimento econômico viabilizou, senão, também, cabe se perguntar pela sua qualidade. Assim, quanto maior for a sensibilidade da demanda de trabalho formal e as variações do nível de atividade, maior será o desdobramento social do crescimento econômico. Os dados da RAIS são, nessa perspectiva, eloqüentes. Em 2007, o estoque de empregos cresceu quase 7% com respeito ao ano anterior (6,98%, mais

especificamente). Em termos absolutos, foram gerados 2,452 milhões. O aumento relativo de quase 7% evidencia uma elevada sensibilidade da demanda de trabalho ao aquecimento do nível de atividade econômica. Deve-se lembrar que a elevação do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2007 foi estimada em 5,4%. Ou seja, uma elasticidade superior a 1%, um dado pouco usual no mundo hoje, devido ao fato de que os aumentos de produtividade propiciados pelas novas tecnologias e os imperativos de competitividade impostos pela concorrência nos mercados mundiais tendem a reduzir os valores dessa elasticidade.

- II.3 Contudo, na medida em que a RAIS contabiliza tanto os empregos celetistas como os estatutários, é válido levantar a questão sobre as origens dessa sensibilidade. Na medida em que os empregos estatutários não obedecem a uma lógica estritamente econômica, a sensibilidade mencionada no parágrafo anterior poderia estar originada nas contratações formais reguladas pela CLT. Os dados da RAIS permitem diferenciar a evolução desses dois subconjuntos e, nesse sentido, os resultados de 2007 assinalam que o dinamismo da demanda de trabalho no setor pautado pela CLT (+7,49%) foi nitidamente superior ao evidenciado pelo universo dos estatutários (+5,08%). Em termos absolutos, foram gerados 2 milhões de novos empregos entre os assalariados celetistas e 378 mil no caso dos estatutários. Esse resultado leva a uma queda relativa na participação dos empregados públicos que gozam de estabilidade dentro do segmento formal do mercado. Em 2006, a participação dos celetistas era de 78,81% e elevou-se para 79,18% em 2007. Essa alteração na participação pode parecer modesta, mas deve-se perceber que, como tendência, implica uma queda que manifesta que o dinamismo da demanda de trabalho formal não tem como berço contratações no setor público senão aumento do emprego nas empresas no setor privado.

II.4 Outra perspectiva relevante de análise diz respeito à origem setorial da geração de novos empregos. Nesse sentido, os dados da RAIS – 2007 vêm a confirmar as informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), outra base de dados do Ministério de Trabalho e Emprego crucial para monitorar a movimentação no curtíssimo prazo. Em termos relativos, o setor mais dinâmico foi a Construção Civil (+16,11%). As variáveis que determinaram esse desempenho foram a maior disponibilidade de crédito, as taxas de juros declinantes naquela época, a própria formalização do mercado de trabalho que permite ter acesso ao sistema de crédito, o aumento e previsibilidade dos rendimentos, etc. Esse conjunto de fatores possibilitou a geração de quase 225 mil empregos formais nesse setor, representando um verdadeiro *boom* e constitui uma evolução que parece ter deixado definitivamente atrás a estagnação na Construção Civil dos anos 1980 e 1990. A Indústria de Transformação também apresentou um percentual de aumento (7,39%) superior à média para todas as atividades (+6,98%). Nesse caso, outra vez, variáveis como a disponibilidade de crédito, o aumento da massa de rendimentos (especialmente do setor formal que, como já se afirmou, viabiliza o acesso ao mercado financeiro), etc. comportam a base de sustentação desse crescimento. As ocupações industriais tiveram variação, em termos absolutos, de 487 mil. Em realidade, todos os setores de atividade apresentaram saldos positivos e, nesse sentido, a fertilidade em termos de emprego da atual conjuntura se origina justamente na ausência de choques negativos setoriais. A única nota discordante nesse universo de saldos positivos é o Setor Agrícola, que apresentou aumento de apenas 1,83%. Não obstante o elevado patamar dos preços internacionais das *commodities* agrícolas no ano de 2007 e das safras obtidas, a demanda de trabalho, diferentemente da Indústria de Transformação e da Construção Civil, não parece sensível a contexto favorável. O Setor Agrícola gerou apenas 24,8 mil postos de trabalho com carteira assinada. A origem dessa insensibilidade merece

pesquisas específicas que devem determinar, complementadas com outras bases de dados que elas quantificam, a magnitude do emprego informal, em que medida essa ausência de dinamismo está restrita ao mercado de trabalho regulado pela CLT ou é geral, incluindo também o emprego informal.

- II.5 Em geral, os dados da RAIS – 2007 confirmam que o atual ciclo de crescimento está-se traduzindo em uma elevada oferta de novos postos de trabalho formais, especialmente no setor regulado pela CLT. Esse resultado não unicamente tem que ser avaliado como sendo positivo em termos quantitativos senão também qualitativos, na medida em que os postos de trabalho formais são, tanto em termos econômicos como sociais, de “qualidade” superior aos similares no segmento informal. Com o balanço da última RAIS, o Brasil conta com 37 milhões de vínculos no âmbito do segmento formal e conserva uma trajetória que, no caso de ser mantida, representa um ganho tanto sob um ângulo econômico (dada a maior contribuição, via produtividade, dos empregos formais à oferta de bens e serviços) como social (dada a maior proteção, maiores direitos, maiores salários, etc.).

III. A Questão da Discriminação: A Oferta de Novos Empregos, Segundo Gênero e Raça

- III.1 A avaliação dos quesitos gênero e raça/cor em uma fonte de dados sobre o mercado de trabalho é crucial para analisar as questões ligadas à discriminação no setor. Em geral, na literatura, entende-se por discriminação a diferenciação no acesso a um determinado posto de trabalho ou no rendimento nele obtido em função de variáveis que não estão vinculadas à produtividade. Nessa perspectiva, à medida que existe consenso na qual a cor ou o sexo de um indivíduo não interferem na sua produtividade, diferenciais de rendimentos ou de acesso a postos de trabalho de qualidade podem ser diagnosticados como práticas de discriminação.

- III.2 Em geral, a variável gênero não apresenta maiores problemas técnicos no seu tratamento e sua comparabilidade intertemporal é robusta. Contudo, a variável raça/cor, ao ser auto-declaratória, pode apresentar inconsistência, tanto em um determinado período de tempo como na sua evolução, comprometendo sua avaliação. Pode-se apresentar um exemplo a título de ilustração. Em um contexto de forte discriminação, um indivíduo pode não se declarar como integrante de um determinado grupo. Na medida em que o ambiente discriminatório muda, essa auto declaração pode se alterar e produzir resultados que não surgem de modificações na composição do emprego, mas são, simplesmente, subproduto da redução de restrições culturais, sociais, econômicas ou políticas sobre um determinado grupo humano. No caso concreto da RAIS, a variável raça/cor foi incorporada no ano de 1999 e foi divulgada de forma específica, fora da divulgação da RAIS em seu conjunto, no ano de 2007. Hoje, a variável raça/cor está sendo divulgada conjuntamente com a base de dados da RAIS, uma vez que a qualidade foi avaliada como sendo satisfatória. As precauções que devem ser levadas em consideração para esse tipo de quesito, e que, vale salientar, não constituem uma característica da RAIS senão de qualquer fonte de dados que a contenha, permanecem e devem ser levadas em consideração pelos usuários.
- III.3 No tocante ao gênero, os dados da RAIS – 2007 confirmam uma tendência à feminização da força de trabalho formal. A variação do emprego foi de +7,50% no caso das mulheres e +6,62% quando a referência são os assalariados de sexo masculino. Com esses resultados, o estoque de postos de trabalho ocupados por mulheres ascende a 15,4 milhões e o número é de 22,2 milhões no caso dos homens. A força de trabalho feminina é preponderante nos empregos que exigem maior qualificação e residual e dentre os que demandam menos qualificação. Por exemplo, dentre os empregos formais com educação superior completa, 59% são ocupados por mulhe-

res, sendo o percentual de 19% no caso dos analfabetos. Várias hipóteses podem ser levantadas para explicar essa maior presença das mulheres entre os intervalos de instrução mais elevados. Uma candidata natural para explicar esse fato é a maior escolarização da força de trabalho feminina. Uma segunda hipótese diz respeito ao tipo de trabalho realizado de acordo com o nível de instrução. À medida que quanto menor o nível de instrução maior a importância do esforço físico, o emprego masculino tende a ser privilegiado nos menores intervalos de escolaridade. Assim como o desenvolvimento econômico implica maiores requerimentos de habilidades intelectuais ou cognitivas, a mulher tende a igualar-se em termos produtivos com o homem, especialmente no caso de ela possuir um maior nível de escolaridade.

- III.4 Contudo, essa maior prevalência da mulher nos postos de trabalho que requerem mais instrução não implica supor a inexistência de discriminação. Com efeito, esta se manifesta no diferencial de rendimentos dado um mesmo nível de escolaridade. Nesse sentido, os dados da RAIS – 2007 confirmam a existência de discriminação e parece que a tendência não sugere uma redução. Em média, os rendimentos das mulheres (R\$1.207,00) são inferiores aos observados no caso dos postos de trabalho ocupados por homens (R\$1.459,00), um diferencial de -22% desfavorável às assalariadas formais de sexo feminino. Contudo, o nível de educação não parece proteger as mulheres contra essa penalização. Por exemplo, entre os postos de trabalho de nível superior, a remuneração média dos homens é 77% superior à observada para as mulheres. O ciclo conjuntural não parece ser favorável à redução desse diferencial. Em média, os salários reais cresceram 0,56% em 2007 com respeito ao ano anterior, no caso das mulheres, e de 0,79%, no caso dos homens. Resumindo: os dados da RAIS – 2007 confirmam a discriminação por gênero e mostram que essa distância não parece se reduzir com a escolaridade e os dados induzem a pensar que tende a se aprofundar no curto prazo.

- III.5 Em termos de raça/cor, a maioria dos vínculos empregatícios do setor formal é ocupado por indivíduos que se autodeclararam brancos (63% ou 18,8 milhões de vínculos), seguindo em importância os pardos (26,7% ou 7,9 milhões de postos de trabalho) e por último os pretos (5,5% ou 1,6 milhão). Existe uma sensível diferença entre a autodeclaração da raça/cor e o gênero. Por exemplo, 67% das mulheres se autodeclararam brancas e 61% dos homens se autodeclararam nessa categoria. Entre 2007 e 2006, o ciclo de crescimento parece ter favorecido mais os não-brancos. O número de empregos formais apresentou aumento de 9,40%, no caso dos pretos, 9,58% quando o indivíduo se autodeclara pardo e de +5,45% no caso de autodeclaração dos brancos. Em geral, quando a referência é a distribuição dos vínculos segundo a escolaridade, os dados da RAIS – 2007 tendem a sugerir que os brancos possuem maior nível de escolarização que os não-brancos. Por exemplo, 12,63% dos autodeclarados brancos apresentam nível de Educação Superior, sendo esse percentual de só 3,20% no caso dos pretos e 5,48% quando os indivíduos se autodeclararam pardos.
- III.6. Contudo, o ponto fundamental quando a análise refere-se à discriminação é: dadas as mesmas características produtivas, a cor/raça tende a diferenciar os rendimentos? Os dados da RAIS induzem a pensar que existe discriminação. Por exemplo, os vínculos empregatícios declarados como brancos e que possuem educação superior completa têm um rendimento médio de cerca de 50% superior a um vínculo com as mesmas características, mas que foi declarado como preto, sendo o percentual de 38,5% no caso da comparação brancos/pardos. Em geral, os rendimentos, dadas as mesmas características produtivas (nível de escolarização), tendem a ser maiores no caso dos brancos, seguidos dos ganhos dos pardos e, por último, dos trabalhadores classificados como pretos.
- III.7 Logicamente, os fenômenos de discriminação são cumulativos. Por exemplo, uma mulher autodeclarada como preta

sofrerá discriminação pelo fato de ser mulher e de ser preta. Assim, um homem de nível superior tem remuneração 156% superior à de uma mulher autodeclarada preta, uma vez que esta acumulará a discriminação por gênero e por raça/cor. Nesse sentido, os dados da RAIS – 2007 tendem a confirmar os dados de outras fontes no tocante a acentuados processos de discriminação por gênero e raça/cor, mesmo no segmento formal do mercado de trabalho.

IV. Educação e Salários

- IV.1 O nível de educação é assumido hoje como uma variável que tem impactos sobre diversos espaços, sejam eles econômicos, sociais e mesmo políticos. Dessa forma, toda base estatística que lida com parâmetros econômicos e sociais tenta incluir um quesito referente à educação dos indivíduos sobre os quais está sendo realizado o levantamento. A RAIS tem, nesse sentido, uma longa tradição e o nível de instrução é uma variável capaz de ser correlacionada com as mais diversas características, sejam individuais (gênero, raça/cor, rendimentos, etc.), setoriais (setor de atividade, tamanho do estabelecimento, etc.) ou espaciais (estado, município, etc.).
- IV.2 Contudo, o quesito referente à educação recebe duas usuais correlações: emprego e salários. No tocante ao emprego, as análises giram em torno da evolução do emprego segundo o grau de escolaridade e tentam determinar em que medida as novas tecnologias e os requerimentos de qualificação introduzem um viés a favor da mão-de-obra mais qualificada. Com respeito aos salários, a correlação é simples e positiva: quanto maior o nível de educação, maiores serão os salários pagos.
- IV.3 Segundo os dados da RAIS – 2007, o nível de emprego tem evidenciado quedas ou muito tênues aumentos nos menores graus de instrução e fortes aumentos nos maiores intervalos, especialmente naqueles com um ciclo finalizado (ou seja, com diploma já obtido). Por exemplo, o estoque de assalariados

analfabetos registrou queda de 1,13%, sendo a redução de 1,91% no caso daqueles com 4ª série completa do Ensino Fundamental. No caso dos assalariados com 4ª série incompleta do Ensino Fundamental, o aumento foi de apenas 0,59% e o percentual foi de +1,23% no caso da 8ª série incompleta do Ensino Fundamental. Contrariamente, os percentuais de aumento foram de +11,59% quando a referência são os assalariados com Ensino Médio completo e de +10,75% no caso do Superior completo. Contudo, foi de apenas +5,32% no caso do Ensino Superior incompleto. Essas performances merecem dois comentários. O primeiro diz respeito ao crescimento do emprego bem acentuado no caso dos níveis de escolaridade mais elevados e a concomitante queda nos níveis inferiores. A análise desse comportamento não pode induzir um diagnóstico simplista no sentido de correlacionar a abertura de novos postos de trabalho a elevados níveis de qualificação. Com efeito, se está diante de um problema proveniente da interação da oferta com a demanda de mão-de-obra. Não é factível descartar a hipótese de que parte dessa mudança não esteja originada em maiores níveis de escolaridade requeridos pelos postos de trabalho e sim em uma maior qualificação na oferta. Os dados da RAIS não permitem dimensionar e diferenciar as duas possibilidades ou, em outros termos, não possibilitam determinar que parte do novo viés pró-educação do aumento do emprego corresponde à demanda e outra parte à oferta. Por outro lado, o modesto percentual do aumento do emprego no caso dos assalariados com Ensino Superior incompleto *vis-à-vis* aqueles que possuem Ensino Médio completo ou Superior completo manifesta a importância de possuir um diploma, seja de Ensino Médio, seja do Ensino Superior.

- IV.4 A RAIS, como a totalidade de outras fontes de dados, assinala uma estreita correlação entre nível de educação e o nível de salários, seja entre homens e mulheres, seja nas diversas raças/cores. Em geral, um assalariado do setor formal com Ensino Superior completo ganha 469% mais que um indivíduo

analfabeto. Maior o nível de educação, maior o nível de rendimentos. Essa correlação positiva e bem robusta é universalmente aceita e torna a educação uma variável contemporaneamente muito utilizada para reduzir a pobreza, propiciar o crescimento dos países e reduzir a concentração de renda.

- IV.5 Não obstante essa relação bem sedimentada na literatura, os dados da RAIS – 2007 evidenciam um comportamento que, no curto prazo, vai no sentido de redução da disparidade de rendimentos entre os menores e maiores níveis de escolaridade. Em geral, os salários médios tiveram um modesto aumento no seu poder de compra em 2007 com respeito a 2006 (+0,68%). Contudo, quanto maior o nível de escolaridade menor o percentual de aumento, chegando a quedas nos níveis mais elevados, por exemplo, no caso do Ensino Médio completo (-0,52%) e Superior completo (-3,49%). Essa evolução pode ser originada na política de recuperação do salário mínimo dos últimos anos e essa estratégia tende a reduzir o leque de salários. Contudo, o cenário é mais extremo, evidenciando que os intervalos de instrução, nos quais a demanda foi mais dinâmica, os salários registraram quedas e, contrariamente, nas faixas de educação, nas quais a demanda registrou o menor dinamismo, foram as que verificaram os maiores aumentos. A partir dessa constatação já se pode ter uma resposta aproximada à questão que foi levanta no parágrafo anterior. Na medida em que coincidem quedas (aumentos) dos salários com maior (menor) dinamismo no emprego, evidentemente temos que a oferta de trabalho foi uma variável crucial na explicação do maior nível de emprego nos patamares de escolaridade mais elevados. Em outros termos, aumentos significativos de emprego paralelamente a quedas na demanda (nos intervalos superiores) implicam que existiram fatores que ajudaram a deteriorar os salários e, dentre esses fatores, o mais plausível é a oferta.

V. Faixa Etária, Emprego

- V.1 As relações entre idade, emprego e salários são diversas e os desdobramentos em termos de política pública importantes. Em princípio, quanto maior a faixa etária maior poderiam ser os rendimentos, uma vez que os indivíduos acumulam experiência, conhecimentos e habilidades no transcurso de sua vida ativa e, de forma similar à escolaridade, essas variáveis têm impacto positivo sobre os rendimentos. Por outra parte, o impacto da incorporação de novas tecnologias pode ter um efeito sobre o perfil etário da força de trabalho que, *a priori*, não pode ser determinado. Por exemplo, podem ser privilegiadas a experiência, habilidades específicas no posto de trabalho e na firma, etc. Porém, a maior escolaridade das novas gerações, a maior flexibilidade e capacidade dos jovens na incorporação de novos conhecimentos e a adaptabilidade a um contexto em contínua mutação podem levar a privilegiar a mão-de-obra mais jovem.
- V.2 Os dados da RAIS – 2007 não indicam uma tendência nítida do emprego segundo faixa etária. Por exemplo, no intervalo de 50 a 64 anos o estoque de assalariados registrou uma expressiva elevação (+10,34%). Mas no intervalo de 25 a 29 anos o aumento (+8,08%) também foi superior à média (+6,98%). Ou seja, nenhuma conclusão robusta pode ser desenvolvida. Contudo, um alerta deve ser mencionado para analisar com cuidado os dados referentes à faixa etária. Na medida em que um assalariado que conserva seu posto de trabalho pode mudar de faixa etária, alterações no emprego nos diferentes intervalos podem ser oriundas de simples mudanças na idade do próprio estoque e não de novos postos de trabalho. Como não se pode determinar a magnitude de cada fator (mudanças na idade do estoque e alterações na demanda ou mesmo rotatividade), a evolução do emprego segundo faixa etária deve ser vista com muita precaução.

VI. Tamanho do Estabelecimento, Emprego

- VI.1 O tamanho do estabelecimento constitui uma variável relevante para analisar o mercado de trabalho na medida em que as políticas de emprego incluem em seu leque de atuação apoio (financeiro, tecnológico, etc.) aos pequenos empreendimentos. Implícita ou explicitamente se assume que os pequenos estabelecimentos são mais intensivos em trabalho que os grandes. Dessa forma, o crescimento dos pequenos empreendimentos elevaria a elasticidade emprego-produto. Contudo, essa maior intensidade de trabalho pode ser vista desde outra perspectiva. Quanto maior é a intensidade de trabalho por unidade de produto, menor é a produtividade e, portanto, menores deverão ser os salários pagos e a potencialidade do crescimento no longo prazo.
- VI.2 Os dados da RAIS – 2007 são eloqüentes em dois aspectos. O primeiro diz respeito à distribuição do emprego formal segundo tamanho do estabelecimento. Em geral, o emprego está concentrado nos maiores estabelecimentos. Aqueles estabelecimentos com 1.000 ou mais vínculos ativos concentram 27% do emprego formal. Por outra parte, na atual conjuntura, esses mesmos estabelecimentos parecem ser os mais dinâmicos. A variação do emprego entre 2007 e 2006 foi de +10,1% na última faixa (1.000 ou mais vínculos ativos) e de só +2,57% no outro extremo da distribuição (estabelecimentos com até 4 vínculos ativos).
- VI.3. Por outra parte, a correlação entre tamanho do estabelecimento e rendimentos é positiva e muito estreita: quanto maior o tamanho do estabelecimento maiores serão os salários pagos. Por exemplo, os rendimentos dos ocupados nos estabelecimentos com 1.000 ou mais empregados é 191% superior ao observado nos estabelecimentos com até 4 vínculos ativos. Esse diferencial tendeu, de forma tênue, a reduzir-se entre 2006 e 2007, na medida em que os salários reais cresceram nas menores faixas e apresentaram queda nas superiores.

Mas, em geral, o diferencial é de tal magnitude que esses distintos percentuais de aumento não chegam a alterar de forma perceptível a distância entre os maiores e menores.

VII. Segmentação Espacial

- VII.1 As variáveis geográficas têm relevância tanto em termos estruturais como na evolução de curto prazo. Em termos estruturais, a segmentação espacial significa que um assalariado com as mesmas características individuais pode receber rendimentos diferenciados segundo a região geográfica na qual está situado seu estabelecimento. Por outra parte, no ciclo conjuntural, a fase ascendente ou descendente do nível de atividade pode ter impactos distintos sobre o emprego e salários segundo o espaço geográfico. Antes de qualquer análise dos dados desagregados espacialmente, é conveniente fazer um alerta. Como em todo registro administrativo, questões de preenchimento dos dados, alterações burocráticas, etc. podem levar a modificações que não surgem de mudanças nos parâmetros mas, contrariamente, têm a sua origem em alterações de forma, fato que impossibilita a comparabilidade intertemporal. Sempre um resultado tem que ser avaliado sob o prisma da intuição e do bom senso. Assim, elevados percentuais de aumento ou queda merecem uma leitura mais atenta, ser correlacionados com outras fontes de dados e, importante, passar, como foi mencionado, pelo crivo do bom senso.
- VII.2. Desde uma perspectiva geral e continuando com a perspectiva geográfica, todas as Unidades da Federação registraram aumento do emprego em 2007, com um percentual de mudança máximo no Pará (+24,51%) e um mínimo no 1,9% no Piauí. A variação relativa do Pará é extremamente elevada, mesmo em um contexto de forte dinamismo do mercado formal de trabalho. No caso do estado do Piauí, a variação relativa é muito baixa e muito distante da média nacional (+6,98%).

Em geral, os dados de 2007 estão pautados por uma significativa variabilidade espacial. Contudo, exceto o Piauí, mesmo os estados que registraram aumentos inferiores à média geral observam taxas de variação que não podem ser qualificadas como negligenciáveis. Por exemplo, sem considerar aquele estado, o menor aumento relativo foi obtido pelo Distrito Federal e, mesmo assim, o percentual de aumento atinge quase 3,02%, uma variação relativa que dista de ser negligenciável. Em termos setoriais/espaciais, os maiores cuidados devem ser tomados nos setores Administração Pública e Agropecuária, onde se observam percentuais de crescimento ou muito elevados ou acentuadas quedas relativas. Nesse sentido, o MTE tem alertado para a leitura das Notas Técnicas e dos Comunicados que são divulgados, freqüentemente, contendo informações a respeito de situações que fogem ao padrão normal, ou sugerido entrar em contato com os técnicos para dirimir as possíveis dúvidas.

- VII.3. No tocante à remuneração, os dados da RAIS – 2007 voltam a manifestar uma profunda distância entre os estados. Uma remuneração média de R\$1.356,00 em nível nacional é produto de diversos patamares, com um máximo de R\$2,8 mil no Distrito Federal e um mínimo de R\$ 911,00 na Paraíba. Ressalte-se que essas disparidades não podem ser todas atribuídas a um problema de segmentação espacial. Deve-se lembrar que a segmentação é definida como um fenômeno no qual o diferencial de rendimentos não pode ser explicado pelo diferencial de produtividade e deve ser atribuído a uma variável geográfica. Assim, uma força de trabalho no Distrito Federal caracterizada com nível de instrução médio elevado pode ser um dos principais fatores explicativos do distanciamento de seus rendimentos em relação aos de outras Unidades da Federação nas quais o grau de escolaridade é menor. Nesse caso, não se pode diagnosticar o diferencial como sendo oriundo de fatores espaciais senão de características da mão-de-obra.

VIII. Emprego e Salários dos Portadores de Necessidades Especiais

- VIII.1 Uma informação que diferencia um registro administrativo como a RAIS está vinculada à possibilidade de incluir variáveis que hoje ocupam um lugar de relevância no debate sobre o tratamento das desigualdades ou de igualdade de oportunidades. Nesse sentido, o quesito sobre o emprego de assalariados portadores de necessidades especiais constitui um diferencial a favor da RAIS, que a singulariza dentro das diferentes bases de dados. Essas informações servem não unicamente a fins de fiscalização senão também para analisar mercados de trabalho muito específicos, identificar as formas de seu funcionamento e desenhar políticas públicas que também têm um elevado grau de particularidade.
- VIII.2. Os dados da RAIS – 2007 indicam que, no mercado formal e sob o regime jurídico de deficientes, existem 347 mil postos de trabalho. Em sua maior parte, os trabalhadores classificados como portadores de necessidades especiais são caracterizados como sendo deficientes físicos (175 mil ou quase 51% do total), seguindo em importância a deficiência auditiva (98 mil ou 28% do total).
- VIII.3. Os salários médios dos deficientes são inferiores à média do mercado formal (R\$1.307,00 e R\$ 1.356,00, respectivamente). Contudo, existe uma significativa variabilidade segundo o tipo de deficiência, variando de um máximo de R\$ 1.766,00 (deficiência auditiva) a um mínimo de R\$ 694,00 (deficiência mental). Entretanto, como no caso da segmentação geográfica ou de discriminação, esse diferencial não necessariamente pode ser diagnosticado ou totalmente atribuído à condição de deficiência. Análises particulares, tomando como referência outras características individuais como educação, idade, gênero, etc. devem ser levadas em consideração para determinar a magnitude exata do diferencial que deve ser atribuído à discriminação por deficiência.

IX. Comentários Finais

- IX.1 A RAIS, como toda fonte de dados, tem suas potencialidades, vantagens comparativas e também vulnerabilidades. Entre as vantagens comparativas está o grau de cobertura, a característica censitária da fonte, a diversidade de variáveis que são levantadas, etc., fato que possibilita uma extraordinária quantidade de cruzamentos sem perder a representatividade. Por outra parte, certas variáveis têm uma qualidade que não possuem fontes estatísticas que se nutrem de pesquisas domiciliares. Por exemplo, o quesito “tamanho do estabelecimento” tem uma maior qualidade na RAIS que em uma pesquisa de domicílios, uma vez que, como o respondente é a própria firma, esta detém informação mais exata sobre a quantidade de funcionários que um assalariado por ela empregado. Os exemplos poderiam se estender. Logicamente, existem fragilidades na RAIS e pronunciadas alterações de um ano para outro, na maioria das vezes originadas em questões de classificação, que não podem ser interpretadas como representando um fenômeno real, devendo ter precauções na sua análise, consultando as notas técnicas ou os técnicos do Ministério.
- IX.2 Em linhas gerais, a RAIS – 2007 confirma o forte crescimento do emprego formal, manifestando uma sensibilidade da demanda de trabalho a variações do PIB, que são inéditas na história recente do País. O emprego tende a crescer em todos os setores de atividade e em todas as regiões. Os salários, contrariamente, apresentam uma evolução bem mais modesta, com percentuais de variação pouco além da estabilidade. Ou seja, a conjuntura se caracteriza por fortes aumentos no nível de emprego e parcimônia no tocante aos rendimentos.
- IX.3 Características estruturais como a discriminação por gênero permanecem, ainda que em certos aspectos, muito pontuais, tenham registradas tênues melhorias. A divulgação dos dados de raça/cor e sobre os trabalhadores portadores de necessidades especiais vai permitir o surgimento de uma nova geração

de estudos, políticas e avaliações no tocante à discriminação, suas origens, alternativas de redução e eficiência e eficácia das ações tendentes a sua superação. Nesse sentido, a RAIS está em sintonia com as tendências concernentes ao combate às desigualdades. A RAIS, tanto hoje como no passado, está incorporando de forma permanente os avanços nas fronteiras das inovações tecnológicas em matéria de coleta, tratamento e divulgação. No tocante às demandas da sociedade em matéria de informações, está em permanente sintonia, tanto nos clássicos aspectos dos indicadores econômicos, como também nas preocupações sobre o perfil distributivo dessa maior disponibilidade de bens e serviços.

Características do Emprego Formal, Segundo a Relação Anual de Informações Sociais

RAIS – 2007

Instituída pelo Decreto nº 76.900/1975, a RAIS é um registro administrativo de responsabilidade do Ministério Trabalho e Emprego, criado com o objetivo inicial de acompanhar e controlar a mão-de-obra estrangeira, prestar subsídios ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, bem como possibilitar a geração de informações estatísticas sobre o mercado de trabalho formal. Atualmente, a principal função operacional da RAIS é viabilizar o pagamento dos trabalhadores com direito ao benefício do Abono Salarial de que trata o art. nº 239 da Constituição Federal. Em 2007, foram identificados 15,129 milhões de trabalhadores com direito ao Abono Salarial, ante 14,189 milhões em 2006.

As informações constantes da RAIS são prestadas anualmente, de caráter obrigatório para todos os estabelecimentos existentes no território nacional, inclusive para aqueles que não registraram vínculos empregatícios no exercício, contemplando todos os empregados formais celetistas, estatutários, temporários, avulsos, dentre outros. Os dados estatísticos da RAIS estão disponibilizados em dois subconjuntos: um relativo ao estabelecimento e outro sobre os atributos dos empregados, possibilitando obter cruzamentos de variáveis bastante desagregadas, chegando em nível de município (5.625), classe de atividades econômicas (673) e ocupações (2.422).

Hoje, a RAIS, por sua rigorosidade técnica e multiplicidade de informações de interesse social, é assumida como um dos pilares do sistema estatístico do País. Em razão de possuir uma cobertura acima de 97% do universo formal, é reconhecida como um censo anual do mercado de tra-

balho formal. Entretanto, é importante registrar que a RAIS, como todo registro administrativo, apresenta limitações sendo a principal delas a omissão de declarações. Nesse sentido, o MTE recomenda cautela na utilização e interpretação dos dados.

A seguir serão apresentados alguns dos principais resultados da RAIS – 2007, que deverão ser entendidos como parcela das inúmeras possibilidades de estudos mais usuais sobre mercado de trabalho formal, e de forma alguma se pretende esgotar o potencial do uso das informações desse registro administrativo.

Principais Resultados da RAIS – 2007

O Produto Interno Bruto (PIB), de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007, cresceu 5,4%, representando a maior taxa anual registrada desde 2004 (5,7%) e o décimo quinto ano consecutivo de crescimento. Tal resultado foi influenciado pelo fortalecimento da demanda interna, com ênfase na sustentabilidade, proporcionada pelo aumento dos investimentos no período. A elevação do PIB em 2007 refletiu-se positivamente sobre o mercado de trabalho formal nesse ano, apresentando uma relação emprego/produto amplamente favorável.

No ano de 2007, foi gerado, pela primeira vez, na série estatística da RAIS, iniciada em 1985, um volume de empregos formais superior a 2 milhões. Nesse ano, o total de vínculos empregatícios atingiu 37,6 milhões, decorrente da criação de 2,452 milhões de postos de trabalho, o que representou um crescimento de 6,98% em relação ao estoque de 35,2 milhões em dezembro de 2006. Estes resultados foram oriundos da declaração de cerca de 2,935 milhões de estabelecimentos com vínculos empregatícios que, comparativamente ao ano anterior, indica uma elevação de 3,6%. Em 2007, declararam a RAIS 6,888 milhões de estabelecimentos, sendo 3,953 milhões sem vínculos empregatícios.

Segundo os dados da RAIS, no período de 2003 a 2007, a geração de emprego formal foi de 8,923 milhões. Se considerarmos o saldo do CAGED (que compreende apenas o mercado de trabalho celetista), de janeiro a

setembro de 2008 (2,087 milhões de postos), o montante de empregos criados no período de janeiro de 2003 a setembro de 2008 totaliza 11,010 milhões de postos de trabalho formais.

TABELA 1

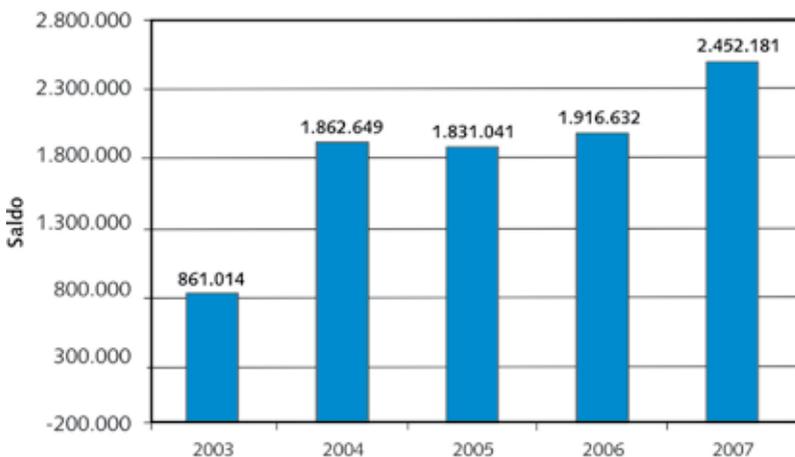
**Número de Empregos em 31/12, Variação Absoluta e Relativa Brasil
Total de Atividades**

Ano	Número de Empregos	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
1985	20.492.131	-	-
1986	22.164.306	1.672.175	8,16
1987	22.617.787	453.481	2,05
1988	23.661.579	1.043.792	4,61
1989	24.486.568	824.989	3,49
1990	23.198.656	-1.287.912	-5,26
1991	23.010.793	-187.863	-0,81
1992	22.272.843	-737.950	-3,21
1993	23.165.027	892.184	4,01
1994	23.667.241	502.214	2,17
1995	23.755.736	88.495	0,37
1996	23.830.312	74.576	0,31
1997	24.104.428	274.116	1,15
1998	24.491.635	387.207	1,61
1999	24.993.265	501.630	2,05
2000	26.228.629	1.235.365	4,94
2001	27.189.614	960.985	3,66
2002	28.683.913	1.494.299	5,50
2003	29.544.927	861.014	3,00
2004	31.407.576	1.862.649	6,30
2005	33.238.617	1.831.041	5,83
2006	35.155.249	1.916.632	5,77
2007	37.607.430	2.452.181	6,98

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

GRÁFICO 1
Evolução da Geração do Emprego – Período: 2003 a 2007
Brasil – Total das Atividades



Fonte: RAIS/MTE.

A RAIS confirma que a boa performance da demanda interna desencadeou efeitos positivos sobre a evolução do emprego formal tanto celetista quanto estatutário. De acordo com esse registro, foram gerados, no ano em análise, 2,074 milhões de empregos com carteira assinada (geração recorde da série histórica) e 378 mil vínculos empregatícios estatutários, representando um crescimento de 7,49% e 5,08%, respectivamente, o que ratifica a consolidação do crescimento da economia. Tais dados confirmam a tendência ascendente de emprego captada pelo CAGED, que registrou um aumento de 5,85% em 2007, com um saldo recorde de 1,617 milhão de postos de trabalho celetistas. Essa diferença entre os dados de emprego acima mencionados pode ser justificada, dentre outros fatores, em razão da presença de outros tipos de vínculos empregatícios contemplados pela RAIS (temporários e avulsos), da cobertura da RAIS ser superior à do CAGED e pelo fato de as declarações do CAGED entregues fora do prazo não serem consideradas no cômputo da geração de emprego.

I. Emprego

A leitura dos dados da RAIS – 2007 mostra que todos os setores de atividade econômica registraram expansão no nível de emprego. Em termos absolutos, os setores que mais se destacaram foram: Serviços (+705,9 mil empregos ou +6,29%), a Indústria da Transformação (+487,4 mil empregos ou +7,4%), a Administração Pública (+476,6 mil empregos ou +6,17%) e o Comércio (+510,6 mil empregos ou +8,07%). Merece destacar os desempenhos da Indústria de Transformação e do Comércio que obtiveram um crescimento acima da média da totalidade dos setores (+6,98%), o que pode estar refletindo os efeitos da estabilidade econômica e das melhores condições de crédito.

O Setor da Construção Civil, ao responder pela criação de 224,5 mil empregos, registrou a taxa de crescimento de +16,11%, a maior taxa dentre todos os setores de atividade. Tal comportamento está relacionado às medidas de incentivo ao setor adotadas pelo governo.

TABELA 2

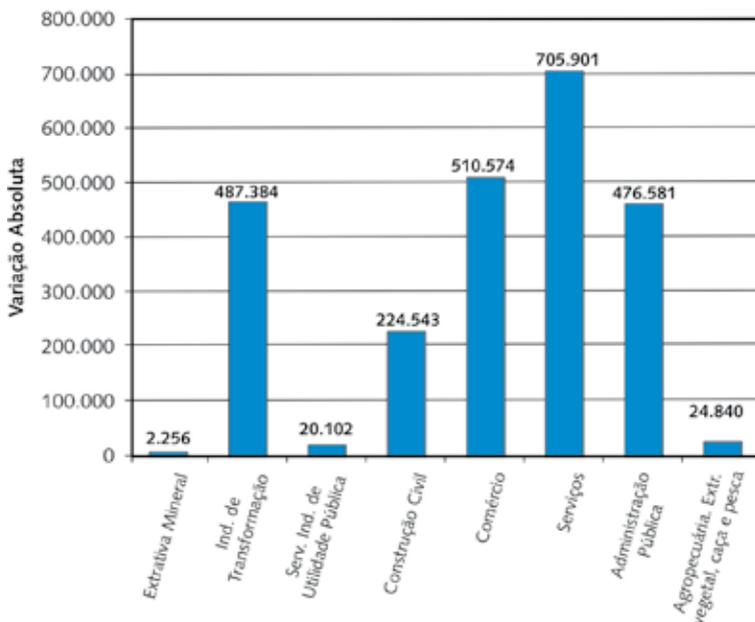
Número de Empregos em 31/12, Variação Absoluta e Relativa Brasil Setores de Atividade Econômica

Setor de Atividade	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	183.188	185.444	2.256	1,23
Indústria de Transformação	6.594.783	7.082.167	487.384	7,39
Serviços Industriais de Utilidade Pública	344.565	364.667	20.102	5,83
Construção Civil	1.393.446	1.617.989	224.543	16,11
Comércio	6.330.341	6.840.915	510.574	8,07
Serviços	11.229.881	11.935.782	705.901	6,29
Administração Pública	7.721.815	8.198.396	476.581	6,17
Agropecuária, Extr. Vegetal, Caça e Pesca	1.357.230	1.382.070	24.840	1,83
Total	35.155.249	37.607.430	2.452.181	6,98

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

GRÁFICO 2
Varição Absoluta do Emprego Formal, Segundo Setores de Atividade Econômica
Brasil – 2007



Fonte: RAIS/MTE.

Segundo recorte geográfico, os dados da RAIS assinalam que todas as Grandes Regiões evidenciaram expansão no número de empregos formais, conforme a seguir:

Sudeste (+1,392 milhão de postos de trabalho ou +7,68%), Nordeste (+381,9 mil postos ou +6,17%), Sul (+332,1 mil postos ou +5,38%), Centro-Oeste (+183,3 mil postos ou +6,39%) e Norte (+162,5 mil postos ou + 9,07%).

Com relação às Unidades da Federação, os dados apontam um aumento generalizado do estoque de emprego formal.

Os estados que mais se destacaram em termos absolutos foram: São Paulo (+763,8 mil postos, ou +7,40%), Rio de Janeiro (+292,2 mil pos-

tos ou +8,66%), Minas Gerais (+292,2 mil postos ou +7,80%), Paraná (+127,6 mil postos ou +5,67%), Rio Grande do Sul (+105,1 mil postos, ou +4,53%) e Bahia (+103,2 mil postos ou +6,3%).

Em termos relativos, os destaques ficaram por conta de Roraima (+24,51% ou +9 mil postos, resultado que deve ser relativizado tendo em vista que neste estado, em 2006, verificou-se omissão de estabelecimentos com estoques expressivos), seguido do Amapá (+13,22% ou +10,4 mil postos), Maranhão (+10,40% ou +45,5 mil postos) e Mato Grosso (+10,32% ou +53,5 mil postos).

TABELA 3

Número de Empregos em 31/12, Variação Absoluta e Relativa Brasil Unidades da Federação

Nível Geográfico	Empregos		Variação	
	2006	2007	Absoluta	Relativa
Total BRASIL	33.155.249	37.607.430	2.452.181	6,98
Região Norte	1.792.126	1.954.641	162.515	9,07
Rondônia	227.524	245.514	17.990	7,91
Acre	85.583	92.009	6.426	7,51
Amazonas	439.371	482.727	43.356	9,87
Roraima	36.738	45.742	9.004	24,51
Pará	738.602	796.152	57.550	7,79
Amapá	78.517	88.898	10.381	13,22
Tocantins	185.791	203.599	17.808	9,58
Região Nordeste	6.185.903	6.567.837	381.934	6,17
Maranhão	437.433	482.938	45.505	10,40
Piauí	293.248	298.831	5.583	1,90
Ceará	989.490	1.059.392	69.902	7,06
Rio Grande do Norte	475.257	498.467	23.210	4,88
Paraíba	450.720	475.471	24.751	5,49
Pernambuco	1.162.556	1.239.499	76.943	6,62
Alagoas	393.232	407.937	14.705	3,74
Sergipe	302.494	320.676	18.182	6,01
Bahia	1.681.473	1.784.626	103.153	6,13
Região Sudeste	18.140.168	19.532.512	1.392.344	7,68
Minas Gerais	3.744.043	4.036.203	292.160	7,80
Espírito Santo	707.380	751.559	44.179	6,25
Rio de Janeiro	3.373.627	3.665.846	292.219	8,66

(Cont.)

(Cont.)

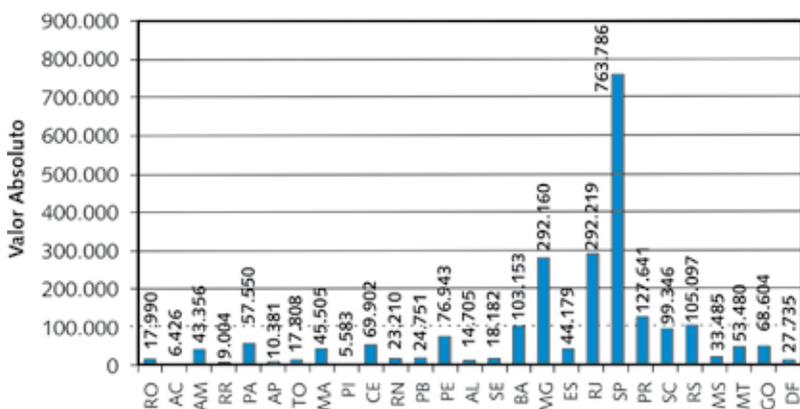
São Paulo	10.315.118	11.078.904	763.786	7,40
Região Sul	6.170.491	6.502.575	332.084	5,38
Paraná	2.251.290	2.378.931	127.641	5,67
Santa Catarina	1.598.454	1.697.800	99.346	6,22
Rio Grande do Sul	2.320.747	2.425.844	105.097	4,53
Região Centro-Oeste	2.866.561	3.049.865	183.304	6,39
Mato Grosso do Sul	438.685	472.170	33.485	7,63
Mato Grosso	518.125	571.605	53.480	10,32
Goiás	992.822	1.061.426	68.604	6,91
Distrito Federal	916.929	944.664	27.735	3,02

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

GRÁFICO 3

Varição Absoluta do Emprego Formal, Segundo as Unidades da Federação Brasil – 2007



Fonte: RAIS/MTE.

As informações relativas ao grau de instrução, com recorte por gênero, revelam que os extratos com níveis de escolaridade até 4ª série completa do Ensino Fundamental foram aqueles que apresentaram comportamentos do emprego mais desfavoráveis, abrangendo ambos os sexos e atingindo, principalmente, os trabalhadores cujo grau de instrução concentra-se na 4ª série completa (-1,91% ou -42,8 mil postos), tanto para quanto para as mulheres (-2,56% ou -15 mil postos) e homens (-1,68% ou -27,8 mil postos).

Em termos de geração de emprego como também em termos de taxa de crescimento, verificou-se que o destaque ocorreu no nível de escolaridade Ensino Médio completo (+1,438 milhão de postos ou +11,59%). Em números absolutos, este resultado representa 58,6% da criação de postos de trabalho formais em 2007 e, em termos relativos, situa-se 66% acima da taxa média nacional (6,98%). Ao avaliar este recorte por gênero, observa-se que os homens registraram uma taxa de crescimento, neste nível de escolaridade, da ordem de 13,08%, a maior dentre todos os graus, correspondendo a um incremento de 873,6 mil empregos, enquanto que as mulheres evidenciaram uma elevação de 9,85% no número de vínculos empregatícios, o que representou um incremento de 564,8 mil postos de trabalho.

É importante destacar que a maior taxa de crescimento das mulheres no nível de escolaridade ocorreu no Superior completo (+12,88%), percentual bem superior ao verificado pelo gênero masculino (+7,78%). Em termos absolutos, esses percentuais representam uma geração de 394,3 mil empregos formais femininos, número superior em 130% ao obtido pelos homens (+171,6 mil postos de trabalho).

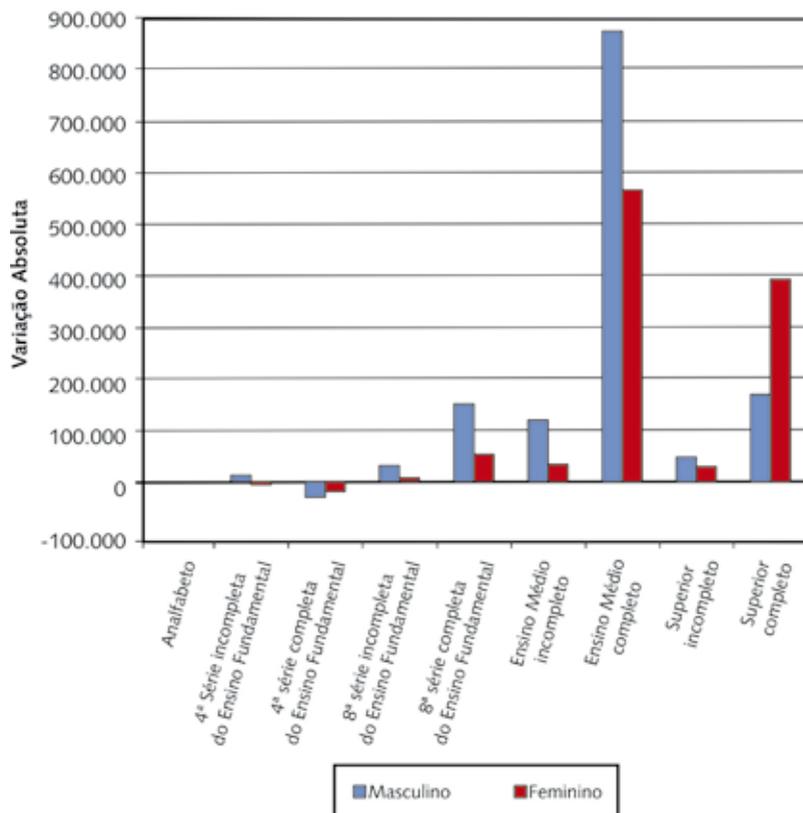
TABELA 4
Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, Segundo Gênero e Grau de Instrução
Brasil – 2005 e 2006

Grau de Instrução	2006			2007			Variação Absoluta			Variação Relativa (%)		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
	Analfabeto	203.255	47.435	250.690	200.587	47.281	247.868	-2.668	-154	-2.822	-1,31	-0,32
4ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.227.317	354.671	1.581.988	1.240.095	351.223	1.591.318	12.778	-3.448	9.330	1,04	-0,97	0,59
4ª série completa do Ensino Fundamental	1.660.019	585.022	2.245.041	1.632.186	570.039	2.202.225	-27.833	-14.983	-42.816	-1,68	-2,56	-1,91
8ª série incompleta do Ensino Fundamental	2.503.134	946.666	3.449.800	2.536.695	955.607	3.492.302	33.561	8.941	42.502	1,34	0,94	1,23
8ª série completa do Ensino Fundamental	3.699.736	1.719.284	5.419.020	3.851.702	1.775.288	5.626.990	151.966	56.004	207.970	4,11	3,26	3,84
Ensino Médio incompleto	1.974.296	1.054.645	3.028.941	2.093.210	1.089.665	3.182.875	118.914	35.020	153.934	6,02	3,32	5,08
Ensino Médio completo	6.679.517	5.733.776	12.413.293	7.553.098	6.298.532	13.851.630	873.581	564.756	1.438.337	13,08	9,85	11,59
Superior incompleto	712.623	787.247	1.499.870	761.616	818.062	1.579.678	48.993	30.815	79.808	6,88	3,91	5,32
Superior Completo	2.205.648	3.060.958	5.266.606	2.377.250	3.455.294	5.832.544	171.602	394.336	565.938	7,78	12,88	10,75
Total	20.865.545	14.289.704	35.155.249	22.246.439	15.360.991	37.607.430	1.380.894	1.071.287	2.452.181	6,62	7,50	6,98

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: CGEIT/DES/SPPE/MTE.

GRÁFICO 4
Evolução do Saldo do Emprego,
Segundo Gênero e Grau de Instrução
Brasil – 2007



Fonte: RAIS/MTE.

No que se refere aos dados da RAIS, segundo recorte por faixa etária, nota-se uma expansão generalizada com destaque, em termos relativos, para a faixa entre 50 a 64 anos (+10,34% ou +431,1 mil postos) e, em termos absolutos, para a faixa de 30 a 39 anos (+629,1 mil postos ou +6,19%), seguido da faixa de 25 a 29 anos (+497,6 mil postos ou +8,08%).

TABELA 5

**Número de Empregos Formais, Variação Absoluta e Relativa, Segundo Faixa Etária
Brasil – 2006 e 2007**

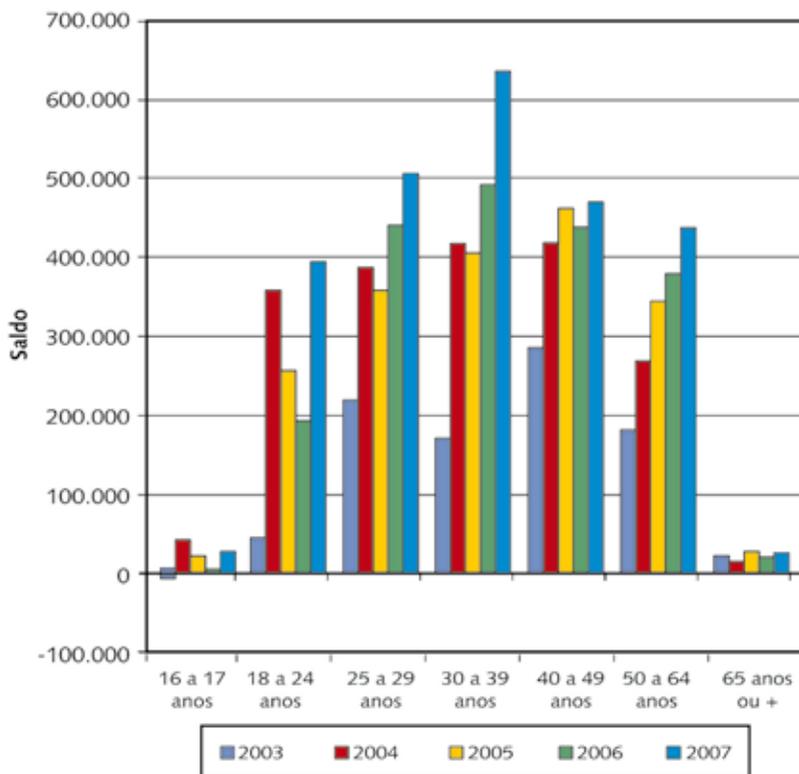
Faixa Etária	2006	2007	Variação Absoluta	Variação Relativa (%)
De 16 a 17 anos	307.808	327.905	20.097	6,53
De 18 a 24 anos	6.265.835	6.652.692	386.857	6,17
De 25 a 29 anos	6.156.466	6.654.108	497.642	8,08
De 30 a 39 anos	10.161.965	10.791.107	629.142	6,19
De 40 a 49 anos	7.817.748	8.283.797	466.049	5,96
De 50 a 64 anos	4.169.286	4.600.398	431.112	10,34
65 anos ou mais	258.397	277.802	19.405	7,51
Total	35.155.249	37.607.430	2.452.181	6,98

Fonte: RAIS/MTE – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Obs.: No total foram incluídos os ignorados.

GRÁFICO 5
Evolução do Saldo do Emprego, Segundo Faixa Etária
Brasil – 2003 a 2007



Fonte: RAIS/MTE.

As informações da RAIS sobre tamanho do estabelecimento assinalam que houve crescimento do emprego em todas as faixas, cabendo destacar aqueles com mais de 1.000 empregados, os quais responderam por 931,8 mil postos de trabalho, concentrando 38% dos vínculos empregatícios do ano, percentual superior ao verificado no ano anterior (+32%). Em termos relativos, os grandes estabelecimentos evidenciaram, também, maior dinamismo, ao registrar o maior percentual de aumento do emprego (+10,11%) ante a média nacional de 6,98%.

TABELA 6
Número de Empregos Formais e Estabelecimentos, Variação Absoluta e Relativa, Segundo Tamanho do Estabelecimento
Brasil – 2006 e 2007

Tamanho do Estabelecimento	2006		2007		Variação Absoluta		Variação Relativa (%)	
	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos	Estab.	Empregos
Até 4 vínculos ativos	5.820.510	3.110.988	5.944.374	3.191.057	123.864	80.069	2,08	2,57
De 5 a 9 vínculos ativos	442.573	2.880.734	461.907	3.008.577	19.334	127.843	4,37	4,44
De 10 a 19 vínculos ativos	238.560	3.199.514	251.401	3.371.636	12.841	172.122	5,38	5,38
De 20 a 49 vínculos ativos	134.107	4.010.532	143.125	4.281.128	9.018	270.596	6,72	6,75
De 50 a 99 vínculos ativos	40.857	2.812.360	44.060	3.033.454	3.203	221.094	7,84	7,86
De 100 a 249 vínculos ativos	24.020	3.696.936	25.403	3.913.944	1.383	217.008	5,76	5,87
De 250 a 499 vínculos ativos	9.045	3.150.686	9.656	3.356.854	611	206.168	6,76	6,54
De 500 a 999 vínculos ativos	4.440	3.080.722	4.764	3.306.226	324	225.504	7,30	7,32
1.000 ou mais vínculos ativos	2.998	9.212.777	3.268	10.144.554	270	931.777	9,01	10,11
Total	6.717.110	35.155.249	6.887.958	37.607.430	170.848	2.452.181	2,54	6,98

Fonte: RAIS/MTE.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

II. Remuneração

Os dados sobre os rendimentos médios dos trabalhadores, constantes na RAIS, por Unidade da Federação, evidenciam que o aumento real médio de 0,68%, tomando como referência o deflator Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC), é resultante de variações que oscilam entre +4,70% no Acre a -6,71% em Roraima.

TABELA 7
Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2006¹
Brasil – 2006 e 2007

Unidade da Federação	2006	2007	Variação Relativa (%)
RO	1.213,75	1.219,29	0,46
AC	1.344,96	1.408,20	4,70
AM	1.401,64	1.389,32	-0,88
RR	1.616,88	1.508,42	-6,71
PA	1.057,40	1.086,32	2,73
AP	1.656,99	1.636,57	-1,23
TO	1.111,67	1.137,57	2,33
MA	951,05	979,98	3,04
PI	952,86	954,55	0,18
CE	930,45	927,34	-0,33
RN	1.028,73	1.038,19	0,92
PB	910,71	911,10	0,04
PE	998,52	1.015,86	1,74
AL	957,71	968,51	1,13
SE	1.150,68	1.153,06	0,21
BA	1.072,90	1.097,15	2,26
MG	1.095,95	1.102,31	0,58
ES	1.186,62	1.198,60	1,01
RJ	1.523,70	1.553,12	1,93
SP	1.577,52	1.591,43	0,88
PR	1.192,72	1.216,76	2,02
SC	1.191,70	1.204,23	1,05
RS	1.336,28	1.329,41	-0,51
MS	1.208,15	1.195,30	-1,06
MT	1.128,23	1.131,31	0,27
GO	1.070,23	1.103,59	3,12
DF	2.984,90	2.879,34	-3,54
Total	1.346,77	1.355,89	0,68

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

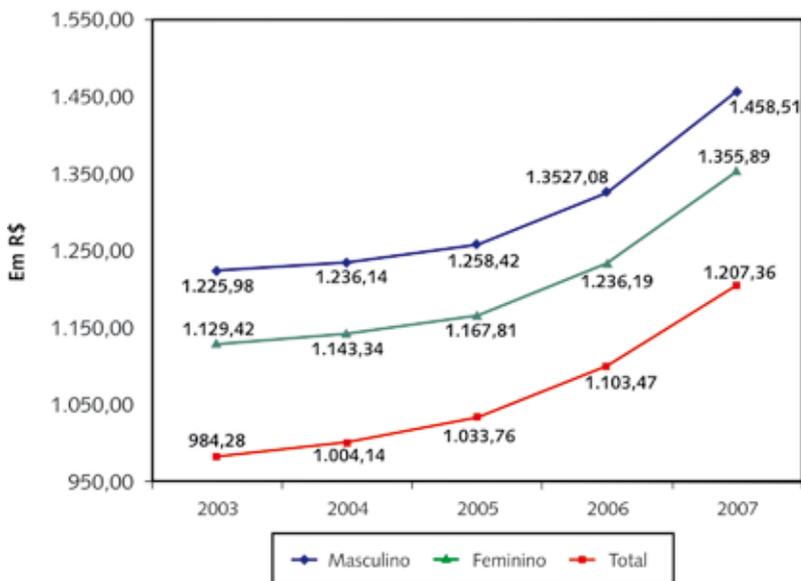
Com relação aos rendimentos médios pagos aos trabalhadores por nível geográfico, percebe-se que, à semelhança do registrado em outras fontes de informações, é na Região Nordeste onde se concentram as Unidades da Federação cuja remuneração dos assalariados formais é menor, cabendo mencionar os seguintes estados: Paraíba (R\$ 911,1), Ceará (R\$ 927,34) e Piauí (R\$ 954,55). Em sentido oposto, o Distrito Federal registrou o maior rendimento (R\$ 2.879,34), seguido do Amapá (R\$ 1.636,57), São Paulo (R\$ 1.591,43) e Rio de Janeiro (R\$ 1.553,12).

A análise dos dados segundo gênero aponta que o aumento no rendimento médio dos homens foi superior ao percebido pelas mulheres, comportamento inverso ao ocorrido nos três últimos anos: +0,79% e +0,56%, respectivamente. Esse comportamento está fortemente influenciado pela queda da remuneração feminina no grau de escolaridade Superior completo (-3,63%), que pode estar relacionado com o aumento expressivo de emprego desse contingente de trabalhadoras (+12,88%), o maior aumento dentre os níveis de escolaridade já citados.

Nesse contexto, a proporção dos salários médios das mulheres em relação aos dos homens ficou em 82,8% em 2007, demonstrando uma leve redução em relação a 2006, que foi de 83%. Esse fato reverteu um crescimento gradativo que vinha ocorrendo nos três anos anteriores, já que em 2004 foi de 81,2% e em 2005 foi de 82,1%.

GRÁFICO 6

Evolução do Rendimento Médio Real*, em 31/12, Segundo Gênero Brasil – Período: 2003 a 2007



Fonte: RAIS/MTE.

Obs.: *Deflacionado pelo INPC/IBGE.

Os rendimentos segundo gênero com desagregação por nível de instrução indicam que o maior aumento real da remuneração média feminina ocorreu na 4ª série incompleta do Ensino Fundamental (+8,12%), percentual bem superior ao verificado pelos homens nesse mesmo nível de escolaridade (+2,63%). No outro extremo, a maior perda foi registrada no grau Superior completo (-3,63% para as mulheres e -2,26% para os homens). Cabe ressaltar que embora os dados sobre emprego apontem uma geração expressiva das mulheres com nível Superior completo (130% a mais), o diferencial entre os salários auferidos pelas mulheres e pelos homens, neste grau de escolaridade, continua expressivo (+56,5%), embora sinalizando um ligeiro declínio em relação ao ano de 2006 (+ 57,2%).

TABELA 8

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹
Brasil – 2006 e 2007

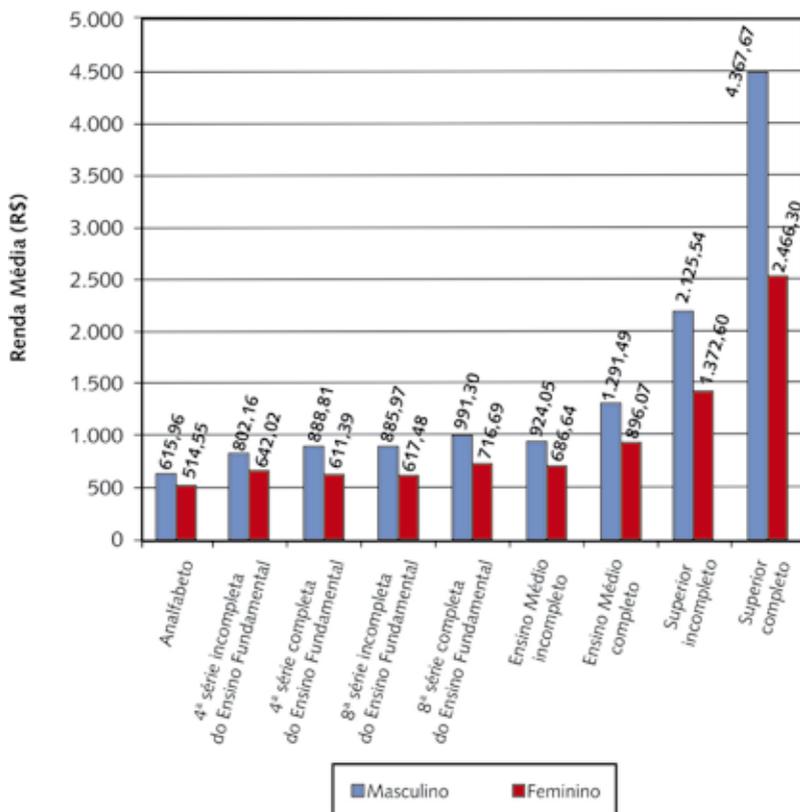
Grau de Instrução	2006			2007			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	601,84	495,26	581,62	615,96	514,55	596,78	2,35	3,89	2,61
4ª série incompleta do Ensino Fundamental	781,62	593,78	739,49	802,16	642,02	766,74	2,63	8,12	3,69
4ª série completa do Ensino Fundamental	863,04	598,38	794,57	888,81	611,39	817,46	2,99	2,17	2,88
8ª série incompleta do Ensino Fundamental	868,01	602,09	795,30	885,97	617,48	812,77	2,07	2,56	2,20
8ª série completa do Ensino Fundamental	950,87	679,96	865,05	991,3	716,69	905,05	4,25	5,40	4,62
Ensino Médio incompleto	904,33	685,59	828,28	924,05	686,64	842,89	2,18	0,15	1,76
Ensino Médio completo	1.304,49	900,06	1.117,94	1.291,49	896,07	1.112,10	-1,00	-0,44	-0,52
Superior incompleto	2.126,72	1.362,33	1.726,52	2.125,54	1.372,66	1.736,91	-0,06	0,76	0,60
Superior completo	4.468,85	2.559,27	3.359,66	4.367,67	2.466,30	3.242,40	-2,26	-3,63	-3,49
Total	1.447,09	1.200,60	1.346,77	1.458,51	1.207,36	1.355,89	0,79	0,56	0,68

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGEY/DES/SPPE/AMTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

GRÁFICO 7
Remuneração Média, Segundo Gênero e Grau de Instrução
(Preços de Dezembro de 2007)
Brasil – 2007



Fonte: RAIS/MTE.

As informações da RAIS referentes aos rendimentos médios por subsector de atividade econômica mostram que a Agricultura apresentou o maior aumento real (+4,60%), resultante da elevação da remuneração de R\$ 679,46 em 2006 para R\$710,70 em 2007, seguida da Construção Civil, que obteve crescimento de 3,98% no seu rendimento, traduzido pela passagem de R\$1.016,15 em 2006 para R\$1.056,59 em 2007, e do Ensino (+3,83%), reflexo do aumento do salário de R\$1.672,03 em 2006 para

R\$1.736,10 em 2007. Por outro lado, o setor dos Serviços de Alojamento e Alimentação e Reparação apresentou uma queda de 2,82% (R\$ 872,66 em 2006 para R\$ 848,07 em 2007) e a Indústria de Material Elétrico e de Comunicações registrou um declínio de 2,17% (R\$1.706,39 em 2006 para R\$ 1.669,35 em 2007).

TABELA 9

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹ Brasil – 2006 e 2007

Subsetor de Atividade Econômica	2006	2007	Variação Relativa (%)
Extrativa mineral	3.505,41	3.564,33	1,68
Indústria de produtos minerais não metálicos	1.024,27	1.018,05	-0,61
Indústria metalúrgica	1.560,06	1.581,12	1,35
Indústria mecânica	1.863,35	1.878,34	0,80
Indústria do material elétrico e de comunicações	1.706,39	1.669,35	-2,17
Indústria do material de transporte	2.559,14	2.509,90	-1,92
Indústria da madeira e do mobiliário	819,74	848,35	3,49
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	1.656,16	1.688,50	1,95
Indústria da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	1.325,10	1.336,89	0,89
Indústria química de produtos farmacêuticos, veterinários	2.041,57	2.080,83	1,92
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	787,11	803,64	2,10
Indústria de calçados	692,24	694,72	0,36
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	985,90	1.002,31	1,66
Serviços industriais de utilidade pública	2.516,97	2.544,18	1,08
Construção civil	1.016,15	1.056,59	3,98

(Cont.)

(Cont.)			
Comércio varejista	777,63	801,99	3,13
Comércio atacadista	1.265,54	1.290,89	2,00
Instituições de crédito, seguros e capitalização	3.344,30	3.375,19	0,92
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	1.184,77	1.174,82	-0,84
Transportes e comunicações	1.343,98	1.379,96	2,68
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	872,66	848,07	-2,82
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	1.206,29	1.214,53	0,68
Ensino	1.672,03	1.736,10	3,83
Administração pública direta e autárquica	1.874,86	1.875,94	0,06
Agricultura, silvicultura e criação de animais	679,46	710,70	4,60
Total	1.346,77	1.355,89	0,68

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Da análise setorial, percebe-se que apesar de o Setor Agrícola ter obtido o maior percentual de aumento, persiste um diferencial expressivo da ordem de 401% entre o rendimento médio do setor (R\$ 710,70) e o maior salário pago aos trabalhadores da Extrativa Mineral (R\$ 3.564,33), que pode ser justificado, principalmente, pela diferença nos níveis de escolaridade e pela desigualdade geográfica.

Os dados sobre remuneração média por tamanho de estabelecimentos demonstram que nos extratos até 249 vínculos empregatícios ativos houve aumento no poder aquisitivo dos trabalhadores, devendo-se destacar aqueles com até 4 empregos que obtiveram um ganho real de 2,12%, os estabelecimentos com 5 a 9 empregos (+1,88%) e os com 10 a 19 empregos (+1,85%). Tal ganho pode estar atrelado, em parte, à elevação real do salário mínimo. Em contrapartida, os extratos com mais de 250 mil em-

pregos registraram perda nos rendimentos médios reais, cabendo ressaltar aqueles com mais de 1.000 vínculos ativos que apontaram uma redução de 1,06%, seguidos daqueles com 500 a 999 empregos (-0,55%) e dos com 250 a 499 empregos (-0,25%).

TABELA 10

**Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹
Brasil – 2006 e 2007**

Tamanho do Estabelecimento	2006	2007	Varição Relativa (%)
Até 4 vínculos ativos	645,65	659,32	2,12
De 5 a 9 vínculos ativos	777,18	791,80	1,88
De 10 a 19 vínculos ativos	906,56	923,34	1,85
De 20 a 49 vínculos ativos	1.045,61	1.058,51	1,23
De 50 a 99 vínculos ativos	1.186,63	1.200,89	1,20
De 100 a 249 vínculos ativos	1.374,63	1.393,96	1,41
De 250 a 499 vínculos ativos	1.495,90	1.492,21	-0,25
De 500 a 999 vínculos ativos	1.630,95	1.622,04	-0,55
1.000 ou mais vínculos ativos	1.940,99	1.920,44	-1,06
Total	1.346,77	1.355,89	0,68

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

III. Raça/Cor

As informações sobre emprego e rendimento relativos à variável raça/cor tratam somente do emprego celetista, que totaliza 29,8 milhões de vínculos empregatícios.

Desse total de vínculos, 63,21% foram declarados como brancos, indicando uma redução de 1,22 ponto percentual em relação a 2006 (64,43%). Os trabalhadores declarados como pardos representaram 26,65% e aqueles declarados como pretos, 5,22%. Tais resultados refletem um ténue aumento em relação a 2006 (26,43% e 5,13%, respectivamente).

Os trabalhadores classificados como pretos obtiveram maior aumento nos rendimentos médios (+2,98%), superior à média de 1,57%. Os trabalhadores declarados como brancos e como pardos registraram o mesmo percentual de elevação (+2,16%). Apesar do aumento, os rendimentos médios dos vínculos empregatícios dos trabalhadores declarados como brancos são 55,7% superiores aos daqueles classificados como pretos e 47,9% acima dos considerados como pardos. No que se refere aos resultados de 2006, verifica-se que houve um declínio da relação entre os rendimentos dos empregos classificados com brancos *versus* os pretos (56,9%) e uma estabilidade no que diz respeito aos trabalhadores pardos (47,9%).

No tocante à escolaridade, no Ensino Médio completo é onde se encontra a maior representatividade do emprego com uma média de 38,02%, assim distribuída: brancos (37,55%), pretos (33,40%) e pardos (39,51%). No nível Superior completo, observa-se um diferencial expressivo entre a participação dos trabalhadores segundo essa classificação: brancos (12,63%), pretos (3,20%) e pardos (5,48%). Nesse nível de escolaridade, as mulheres brancas têm uma representatividade de 16,95% ante 9,93% para os homens brancos, sendo de 5,49% para mulheres pretas e de 2,24% para homens pretos e de 9,0% para as trabalhadoras declaradas pardas, ante 3,82% para os homens pardos.

TABELA 11
Quantidade de Vínculos Celetistas Ativos, Segundo Raça/Cor e Gênero – Brasil 2006 e 2007

Raça/Cor	Rais 2006			Rais 2007			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Indígena	53.575	29.407	82.982	52.992	28.679	81.671	-1,09	-2,48	-1,58
Branca	11.053.641	6.796.987	17.850.628	11.595.712	7.228.106	18.823.818	4,90	6,34	5,45
Preta	1.013.594	408.400	1.421.994	1.099.270	456.422	1.555.692	8,45	11,76	9,40
Amarela	133.544	80.789	214.333	146.850	84.437	231.287	9,96	4,52	7,91
Parda	4.923.031	2.319.871	7.242.902	5.394.871	2.541.692	7.936.563	9,58	9,56	9,58
Não Ident.	566.619	325.186	891.805	717.665	431.794	1.149.459	26,66	32,78	28,89
Total	17.744.004	9.960.640	27.704.644	19.007.360	10.771.130	29.778.490	7,12	8,14	7,49

Fonte: RAIS – 2007 – MTE.

TABELA 12

Remuneração em Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹, dos Vínculos Celetistas Ativos, Segundo Raça/Cor e Gênero – Brasil 2006 e 2007

Raça/Cor	Rais 2006			Rais 2007			Variação Relativa		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Indígena	974,08	815,80	917,79	979,74	816,14	921,84	0,58	0,04	0,44
Branca	1.456,21	1.078,18	1.312,10	1.489,56	1.101,97	1.340,49	2,29	2,21	2,16
Preta/Negra	890,66	700,16	836,02	921,47	715,26	860,97	3,46	2,16	2,98
Amarela	1.732,63	1.458,66	1.628,61	1.740,00	1.494,76	1.649,75	0,43	2,48	1,30
Parda	946,25	763,11	887,36	969,97	772,50	906,55	2,51	1,23	2,16
Não Ident.	1.450,61	1.065,73	1.309,06	1.329,05	1.016,28	1.215,21	-8,38	-4,64	-7,17
Total	1.282,89	991,12	1.177,78	1.303,71	1.006,69	1.196,21	1,62	1,57	1,57

Fonte: RAIS – 2007 – MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

IV. Portadores de Necessidades Especiais

A variável da RAIS Portadores de Necessidades Especiais está sendo divulgada pela primeira vez.

De acordo com os dados da RAIS – 2007, do total de 37,6 milhões de vínculos empregatícios formais, 348,8 mil foram declarados como portadores de necessidades especiais, o que representa menos de 1% do contingente de empregos formais. Do total dos 348,8 mil trabalhadores portadores de necessidades especiais, 50,28% são deficientes físicos, 28,16% auditivos, 2,95% visuais, 2,41% mentais e 1,67% portadores de deficiências múltiplas. Foram declarados 14,02% empregados na situação de reabilitados.

Com relação a gênero, os dados mostram que os homens têm uma maior representatividade em todos os tipos de deficiência, com uma participação em média de 62,76%. No caso dos portadores de deficiência física, o percentual de participação masculina é de 60,11%, sendo de 63,47% no que se refere à deficiência auditiva, 65,97% à visual, 72,6% às mentais e 69,4% às múltiplas.

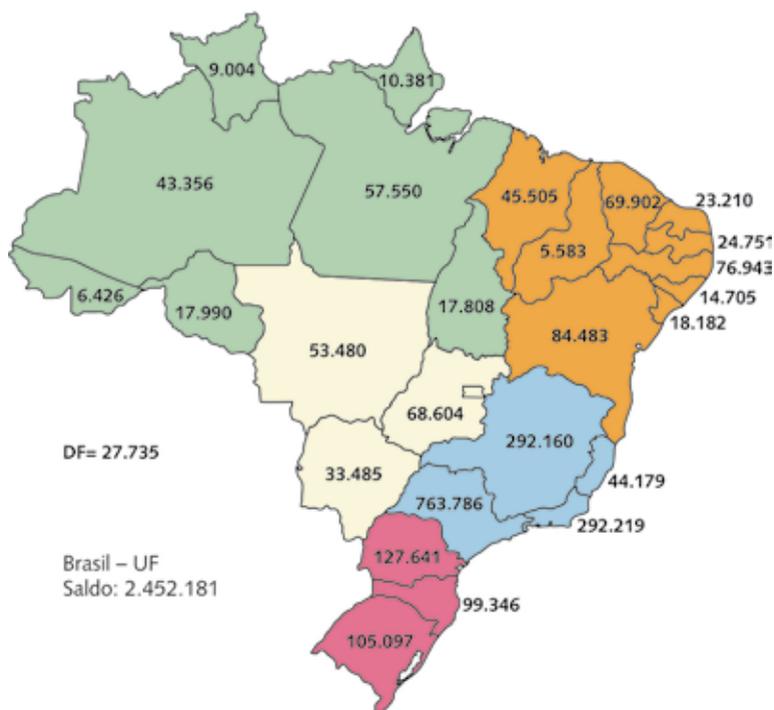
Os dados da RAIS – 2007 evidenciam que a remuneração média auferida pelos trabalhadores portadores de necessidades especiais é de R\$ 1.389,66, ligeiramente superior à média dos rendimentos do total de vínculos formais (R\$1.355,89). Os assalariados com deficiência auditiva são aqueles que percebem a maior remuneração dentre os diversos tipos de deficiência (R\$ 1.845,09). Por outro lado, os portadores de deficiência mental são os que revelaram o menor rendimento (R\$ 728,06). Segundo o recorte por gênero, é entre os portadores de deficiência mental onde se verifica que a remuneração da mulher (R\$ 766,15) supera à auferida pelos homens (R\$ 709,89). Em sentido oposto, os portadores de deficiência múltipla são os que apresentam maior diferencial (48%) entre os rendimentos pagos segundo gênero (R\$ 1.288,37 para os homens e R\$867,94 para as mulheres), seguido dos deficientes auditivos (41%), expressos pelos rendimentos de R\$ 2.066,97 e de R\$ 1.463,05, respectivamente.

TABELA 13
Total de Empregos e Remuneração Média (R\$) em 31.12.2007 por Tipo de Deficiência e Gênero

tipo de Deficiência	Vínculos			Remuneração		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
	Física	105.421	69.956	175.377	1.254,35	1.010,77
Auditiva	62.351	35.885	98.236	2.066,97	1.463,05	1.845,09
Visual	6.778	3.497	10.275	1.515,82	1.212,42	1.412,84
Mental	6.106	2.301	8.407	709,89	776,15	728,06
Múltipla	4.051	1.788	5.839	1.288,37	867,94	1.161,06
Reabilitado	33.322	15.585	48.907	1.512,21	1.198,35	1.413,95
Total de Deficientes	218.922	129.896	348.818	1.523,15	1.164,45	1.389,66
Não Defic.	22.027.517	15.231.095	37.258.612	1.457,88	1.207,72	1.355,58
Total	22.246.439	15.360.991	37.607.430	1.458,51	1.207,36	1.355,89

Fonte: RAIS – 2007 – MTE.

Saldo do Emprego Formal – 2007
Varição Absoluta



Características do Emprego Formal

RAIS – 2007

Principais Resultados: ACRE

- O total de empregos formais no estado alcançou 92,0 mil em dezembro de 2007, correspondendo a uma elevação de 7,51% em relação ao estoque do emprego de dezembro de 2006. Em valores absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 6,4 mil postos de trabalho, em relação ao mesmo mês do ano anterior.
- Em termos setoriais, destacaram-se a Administração Pública (+3,6 mil postos ou +8,79%), os Serviços (+1,4 mil postos ou +9,14%) e o Comércio (+1,1 mil postos ou +7,68%).
- Os únicos desempenhos negativos, em termos de saldo de emprego formal, foram os dos setores de atividade Extrativa Mineral (-54,21%) e de Serviços Industriais de Utilidade Pública (-25,58%), que eliminaram 206 e 309 postos, respectivamente.

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	380	174	-206	-54,21
Indústria de Transformação	4.565	5.134	569	12,46
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.208	899	-309	-25,58
Construção Civil	5.216	5.327	111	2,13
Comércio	14.433	15.541	1.108	7,68
Serviços	15.845	17.294	1.449	9,14
Administração Pública	41.378	45.016	3.638	8,79
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	2.558	2.624	66	2,58
Total	85.583	92.009	6.426	7,51

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador acreano teve elevação de 4,70% em relação a dezembro de 2006, consequência de acréscimos nas remunerações médias percebidas pelos homens (+4,39%) e pelas mulheres (+5,07%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.352,51	1.411,89	4,39
Feminino	1.336,14	1.403,87	5,07
Total	1.344,96	1.408,20	4,70

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: ALAGOAS

- O número de empregos formais no estado alcançou 407,9 mil em dezembro de 2007, correspondente a um crescimento de 3,74% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em termos absolutos, esse aumento correspondeu ao incremento de 14,7 mil postos de trabalho, em relação ao mesmo mês do ano anterior.
- Os setores com o melhor desempenho referente à geração de empregos foram os Serviços, com a criação de 4,9 mil postos de trabalho (+6,53%), o Comércio, que gerou novos 4,0 mil postos (+7,56%), a Administração Pública, com 3,4 mil postos (+2,48%), e a Indústria de Transformação, com mais 1,6 mil postos (+1,61%).
- Apenas a Agropecuária apresentou resultado negativo, registrando perda de 125 postos formais (-1,14%).
- Em termos relativos, os maiores crescimentos na comparação com 2006 foram da Extrativa Mineral (+20,80%) e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (+13,83%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	774	935	161	20,80
Indústria de Transformação	101.130	102.755	1.625	1,61
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.868	4.403	535	13,83
Construção Civil	10.951	11.150	199	1,82
Comércio	52.634	56.611	3.977	7,56
Serviços	75.455	80.379	4.924	6,53
Administração Pública	137.440	140.849	3.409	2,48
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	10.980	10.855	-125	-1,14
Total	393.232	407.937	14.705	3,74

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador alagoano aumentou 1,13% em relação a dezembro de 2006, como resultado de variação positiva na remuneração média recebida pelas mulheres (+4,09%) e negativa na recebida pelos homens (-0,38%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	990,77	987,05	-0,38
Feminino	899,70	936,50	4,09
Total	957,71	968,51	1,13

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: AMAZONAS

- O número de empregos formais no Estado alcançou 482,7 mil em dezembro de 2007, representando um crescimento de 9,87% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em números absolutos, esse aumento corresponde ao acréscimo de 43,4 mil postos de trabalho, em relação ao ano anterior.

- Os setores que apresentaram os melhores desempenhos, em valores absolutos, foram os da Administração Pública, que gerou 12,5 mil postos (+8,76%), de Serviços, que criou 10,8 mil postos (+9,59%), e da Indústria de Transformação, que registrou 9,1 mil postos (+8,87%).
- Em termos relativos, o melhor desempenho na comparação com 2006 foi o da Construção Civil, com crescimento de 38,39% (+6,0 mil postos de trabalho).
- Os únicos desempenhos negativos, em termos de saldo de emprego formal, foram os dos setores de atividades Extrativa Mineral (-1,81%) e Agropecuária (-1,83%), que eliminaram 30 e 53 postos de trabalho, respectivamente.

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	1.661	1.631	-30	-1,81
Indústria de Transformação	102.492	111.578	9.086	8,87
Serviços Industriais de Utilidade Pública	4.320	5.118	798	18,47
Construção Civil	15.657	21.667	6.010	38,39
Comércio	57.652	61.955	4.303	7,46
Serviços	112.065	122.817	10.752	9,59
Administração Pública	142.625	155.115	12.490	8,76
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	2.899	2.846	-53	-1,83
Total	439.371	482.727	43.356	9,87

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador amazonense teve redução de 0,88% em relação a 2006, como consequência das reduções nas remunerações médias percebidas pelos homens (-0,44%) e pelas mulheres (-2,06%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.521,73	1.515,07	-0,44
Feminino	1.238,24	1.212,79	-2,06
Total	1.401,64	1.389,32	-0,88

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: AMAPÁ

- O número de empregos formais no estado alcançou 88,9 mil em dezembro de 2007, denotando um crescimento de 13,22% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Esse total corresponde ao aumento de 10,4 mil postos de trabalho em relação ao mesmo mês do ano anterior.
- Os maiores saldos verificaram-se na Administração Pública, que gerou 4,6 mil postos (+13,53%), nos Serviços, com 1,6 mil postos (+7,61%), e no Comércio, que criou 1,6 mil postos (+10,58%).
- Em termos relativos, o melhor desempenho na comparação com 2006 foi o da Construção Civil, com crescimento de +58,85% (+1,5 mil postos de trabalho).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	897	1.286	389	43,37
Indústria de Transformação	2.627	2.886	259	9,86
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.248	1.479	231	18,51
Construção Civil	2.571	4.084	1.513	58,85
Comércio	14.827	16.395	1.568	10,58
Serviços	21.342	22.966	1.624	7,61
Administração Pública	34.039	38.646	4.607	13,53
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	966	1.156	190	19,67
Total	78.517	88.898	10.381	13,22

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador amapaense teve redução de -1,23% em relação a dezembro de 2006, como conseqüência das reduções nas remunerações médias percebidas pelos homens (-0,64%) e pelas mulheres (-1,98%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.637,09	1.626,58	-0,64
Feminino	1.682,68	1.649,28	-1,98
Total	1.656,99	1636,57	-1.23

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: BAHIA

- O número de empregos formais no estado alcançou 1,8 milhão em dezembro de 2007, correspondente ao crescimento de 6,13% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Esse resultado deveu-se ao aumento de 103,1 mil postos de trabalho, em relação ao mesmo mês de 2006.
- Os setores com melhor desempenho na geração de empregos, em termos absolutos, foram a Administração Pública, que criou mais 39,2 mil postos de trabalho (+7,42%), os Serviços, com a geração de 18,9 mil postos (+3,72%), o Comércio, com 18,5 mil postos (+6,37%), e a Indústria de Transformação, com mais 17,2 mil postos de trabalho (+10,27%).
- O único resultado negativo foi registrado na Agropecuária, com a eliminação de 1,8 mil postos de trabalho (-2,23%).
- O melhor desempenho relativo foi obtido pela Construção Civil, com crescimento de 12,32% (+9,5 mil postos de trabalho).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	13.814	14.686	872	6,31
Indústria de Transformação	167.637	184.860	17.223	10,27
Serviços Industriais de Utilidade Pública	15.586	16.336	750	4,81
Construção Civil	77.470	87.015	9.545	12,32
Comércio	290.555	309.061	18.506	6,37
Serviços	507.820	526.704	18.884	3,72
Administração Pública	528.224	567.393	39.169	7,42
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	80.367	78.571	-1.796	-2,23
Total	1.681.473	1.784.626	103.153	6,13

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador baiano aumentou 2,26% em relação a dezembro de 2006, como conseqüência das elevações nas remunerações médias percebidas pelos homens (+1,53%) e pelas mulheres (+3,43%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.133,84	1.151,24	1,53
Feminino	990,32	1.024,24	3,43
Total	1.072,90	1.097,15	2,26

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: CEARÁ

- O número de empregos formais no estado alcançou 1,1 milhão em dezembro de 2007, representando um crescimento de 7,06% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Esse aumento, em termos absolutos, correspondeu ao acréscimo de 69,9 mil postos de trabalho, em relação ao mesmo mês do ano anterior.

- Os melhores desempenhos setoriais, no tocante à geração de emprego, foram da Administração Pública, com a criação de 31,6 mil postos de trabalho (+10,27%), do Comércio, que gerou 14,3 mil postos (+10,11%), e da Indústria de Transformação, com 12,9 mil postos de trabalho (+6,59%).
- Apenas os Serviços Industriais de Utilidade Pública registraram queda no nível de emprego, com a eliminação de 1,5 mil postos de trabalho (-17,69%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	2.359	2.448	89	3,77
Indústria de Transformação	195.288	208.149	12.861	6,59
Serviços Industriais de Utilidade Pública	8.232	6.776	-1.456	-17,69
Construção Civil	34.666	38.020	3.354	9,68
Comércio	141.237	155.512	14.275	10,11
Serviços	277.858	285.363	7.505	2,70
Administração Pública	307.475	339.048	31.573	10,27
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	22.375	24.076	1.701	7,60
Total	989.490	1.059.392	69.902	7,06

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador cearense caiu 0,33 % em relação a dezembro de 2006, como resultado da redução na remuneração média recebida pelos homens (-1,79%) e aumento na recebida pelas mulheres (+1,56%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	989,88	972,17	-1,79
Feminino	859,43	872,84	1,56
Total	930,45	927,34	-0,33

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: DISTRITO FEDERAL

- O número de empregos formais no Distrito Federal alcançou 944,7 mil em dezembro de 2007, representando um crescimento de 3,02% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Essa performance equivaleu ao aumento de 27,7 mil postos de trabalho formais em relação ao mesmo mês do ano anterior.
- Os setores que apresentaram os melhores desempenhos, em termos absolutos, foram o Comércio, com a criação de 13,1 mil postos (+10,77%), os Serviços, que geraram 9,7 mil postos (+2,91%), a Indústria de Transformação, com 1,8 mil postos (+6,43%), e a Administração Pública, com 1,5 mil postos (+0,39%).
- O único balanço negativo foi registrado na Agropecuária, que eliminou 226 postos (-3,62%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	426	489	63	14,79
Indústria de Transformação	27.593	29.366	1.773	6,43
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6.463	7.386	923	14,28
Construção Civil	39.096	39.988	892	2,28
Comércio	121.647	134.748	13.101	10,77
Serviços	333.749	343.461	9.712	2,91
Administração Pública	381.705	383.202	1.497	0,39
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	6.250	6.024	-226	-3,62
Total	916.929	944.664	27.735	3,02

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador do Distrito Federal reduziu-se 3,54% em relação a dezembro de 2006, em consequência das diminuições nas remunerações médias percebidas pelos homens (-4,04%) e pelas mulheres (-2,66%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	2.972,19	2.852,08	-4,04
Feminino	3.007,73	2.927,65	-2,66
Total	2.984,90	2.879,34	-3,54

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: ESPÍRITO SANTO

- O número total de empregos formais no estado atingiu 751,6 mil em dezembro de 2007, correspondendo a um crescimento de 6,25% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em números absolutos, essa performance decorreu do acréscimo de 44,2 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- Os setores que apresentaram os melhores desempenhos, em termos absolutos, foram o de Serviços, com a geração de 13,1 mil postos (+6,02%), a Administração Pública, que criou 13,1 mil postos (+8,84%), e o Comércio, com 11,8 mil postos gerados (+8,17%).
- Apenas a Agropecuária registrou decréscimo no número de empregos, ao eliminar 1,0 mil postos de trabalho (-3,24%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	12.383	13.110	727	5,87
Indústria de Transformação	103.365	105.571	2.206	2,13
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7.127	7.708	581	8,15
Construção Civil	44.008	47.668	3.660	8,32
Comércio	144.584	156.392	11.808	8,17
Serviços	217.853	230.971	13.118	6,02
Administração Pública	147.701	160.763	13.062	8,84
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	30.359	29.376	-983	-3,24
Total	707.380	751.559	44.179	6,25

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador capixaba elevou-se em 1,01% em relação a dezembro de 2006, como resultado de variações positivas nas remunerações médias recebidas pelos homens (+1,81%) e negativas nas recebidas pelas mulheres (-0,05%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.250,85	1.273,55	1,81
Feminino	1.084,09	1.083,51	-0,05
Total	1.186,62	1.198,60	1,01

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: GOIÁS

- O número de empregos formais no estado alcançou 1,1 milhão em dezembro de 2007, representando um crescimento de 6,91% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Esse aumento correspondeu, em números absolutos, à agregação de mais 68,6 mil postos de trabalho aos existentes em dezembro do ano anterior.

- Em termos absolutos, os setores que registraram os melhores desempenhos foram os Serviços, com a geração de 18,0 mil postos (+6,81%), a Indústria de Transformação, com a criação de 17,8 mil postos (+11,18%), e o Comércio, que criou mais 12,8 mil postos (+6,97%).
- Em números relativos, o melhor desempenho na comparação com 2006 foi o da Construção Civil, com crescimento de 22,75% (+8,3 mil postos de trabalho).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	5.723	6.356	633	11,06
Indústria de Transformação	159.481	177.306	17.825	11,18
Serviços Industriais de Utilidade Pública	8.363	8.782	419	5,01
Construção Civil	36.655	44.994	8.339	22,75
Comércio	183.056	195.809	12.753	6,97
Serviços	263.767	281.734	17.967	6,81
Administração Pública	272.195	277.613	5.418	1,99
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	63.582	68.832	5.250	8,26
Total	992.822	1.061.426	68.604	6,91

Fonte: RAIS - Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador goiano teve elevação de 3,12% em relação a 2006, como resultado de aumentos nas remunerações médias percebidas pelos homens (+3,46%) e pelas mulheres (+2,38%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.124,56	1.163,46	3,46
Feminino	992,99	1.016,65	2,38
Total	1.070,23	1.103,59	3,12

Fonte: RAIS - Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: MARANHÃO

- O número de empregos formais no estado alcançou 482,9 mil em dezembro de 2007, com um crescimento de 10,40% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Esse aumento correspondeu, em termos absolutos, ao incremento de 45,5 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- No contexto setorial, as maiores gerações de empregos ocorreram na Administração Pública, com a criação de 13,2 mil postos (+7,15%), no Comércio, com mais 9,2 mil postos (+11,97%), nos Serviços, com mais 7,4 mil postos (+7,07%), e na Construção Civil, com a geração de mais 7,4 mil postos (+34,21%).
- A maior variação relativa na comparação com 2006 ocorreu no setor de atividade Extrativa Mineral, com crescimento de 37,39% (+221 postos de trabalho).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	591	812	221	37,39
Indústria de Transformação	29.196	33.186	3.990	13,67
Serviços Industriais de Utilidade Pública	5.152	5.946	794	15,41
Construção Civil	21.538	28.906	7.368	34,21
Comércio	77.215	86.457	9.242	11,97
Serviços	104.897	112.310	7.413	7,07
Administração Pública	184.503	197.697	13.194	7,15
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	14.341	17.624	3.283	22,89
Total	437.433	482.938	45.505	10,40

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador maranhense elevou-se em 3,04% em relação a dezembro de 2006, como resultado do aumento nas remunerações médias percebidas pelos homens (+1,73%) e pelas mulheres (+4,60%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Varição Relativa (%)
Masculino	1.028,82	1.046,62	1,73
Feminino	855,54	894,92	4,60
Total	951,05	979,98	3,04

Fonte: RAIS - Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: MINAS GERAIS

- O número total de empregos formais registrados no estado atingiu 4,0 milhões em dezembro de 2007, representando um crescimento de 7,80% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em números absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 292,2 mil postos de trabalho, em relação ao ano anterior.
- Os setores que apresentaram melhor desempenho, no tocante à geração de empregos, foram a Administração Pública, com a criação de 95,9 mil postos de trabalho (+12,51%), e os Serviços, com 76,2 mil postos (+6,97%).
- Os únicos setores que apresentaram saldos negativos foram a Agropecuária, que eliminou 2,5 mil postos de trabalho (-0,99%), e a Extrativa Mineral, com redução de 1,6 mil postos (-3,44%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	45.865	44.287	-1.578	-3,44
Indústria de Transformação	675.298	724.168	48.870	7,24
Serviços Industriais de Utilidade Pública	36.613	37.634	1.021	2,79
Construção Civil	204.432	228.743	24.311	11,89
Comércio	673.471	723.331	49.860	7,40
Serviços	1.093.863	1.170.054	76.191	6,97
Administração Pública	766.751	862.699	95.948	12,51
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	247.750	245.287	-2.463	-0,99
Total	3.744.043	4.036.203	292.160	7,80

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador mineiro apresentou uma elevação de 0,58% em relação a dezembro de 2006, como resultado do aumento na remuneração média percebida pelos homens (+1,85%) e redução na das mulheres (-1,21%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.164,17	1.185,68	1,85
Feminino	991,05	979,06	-1,21
Total	1.095,95	1.102,31	0,58

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: MATO GROSSO

- O número de empregos formais no estado alcançou 571,6 mil em dezembro de 2007, correspondendo a um crescimento de 10,32% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em valores absolutos, esse aumento correspondeu à criação de 53,5 mil novos postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.

- Os melhores desempenhos setoriais, em números absolutos, couberam ao Comércio, com a criação de 9,9 mil empregos (+8,83%), à Construção Civil, que gerou 9,6 mil novos empregos (+62,67%), e à Administração Pública, com 9,3 mil novos postos de trabalho (+6,91%).
- O único desempenho negativo foi o da Construção Civil, com a eliminação de 5 postos de trabalho (-0,14%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	1.944	2.650	706	36,32
Indústria de Transformação	77.651	86.174	8.523	10,98
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.612	3.607	-5	-0,14
Construção Civil	15.273	24.844	9.571	62,67
Comércio	111.978	121.864	9.886	8,83
Serviços	108.888	115.537	6.649	6,11
Administração Pública	134.609	143.905	9.296	6,91
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	64.170	73.024	8.854	13,80
Total	518.125	571.605	53.480	10,32

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador mato-grossense cresceu 0,27% em relação a dezembro de 2006, como resultado de aumento na remuneração média percebida pelos homens (+1,45%) e de redução na remuneração média das mulheres (-1,96%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.147,39	1.164,04	1,45
Feminino	1.095,16	1.074,28	-1,96
Total	1.128,23	1.131,31	0,27

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.
Nota: ¹Deflador INPC.

Principais Resultados: MATO GROSSO DO SUL

- O número de empregos formais no estado alcançou 472,2 mil em dezembro de 2007, representando um crescimento de 7,63% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em valores absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 33,5 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- Em termos absolutos, os setores que apresentaram os melhores desempenhos foram a Indústria de Transformação, com a criação de 12,1 mil postos de trabalho (+22,80%), a Construção Civil, com 6,5 mil postos (+44,70%), e os Serviços, que geraram 6,2 mil postos de trabalho (+5,69%).
- A única queda do emprego ocorreu nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, com a eliminação de 265 postos de trabalho (-8,77%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	1.601	1.855	254	15,87
Indústria de Transformação	53.141	65.257	12.116	22,80
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.023	2.758	-265	-8,77
Construção Civil	14.525	21.018	6.493	44,70
Comércio	81.729	86.253	4.524	5,54
Serviços	108.676	114.867	6.189	5,69
Administração Pública	118.264	121.729	3.465	2,93
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	57.724	58.433	709	1,23
Total	438.685	472.170	33.485	7,63

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador sul-mato-grossense reduziu-se 1,06% em relação a dezembro de 2006, como consequência de diminuições nas remunerações médias percebidas pelos homens (-0,78%) e pelas mulheres (-1,61%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Varição Relativa (%)
Masculino	1.241,80	1.232,12	-0,78
Feminino	1.155,56	1.136,96	-1,61
Total	1,208,15	1.195,30	-1,06

Fonte: RAIS - Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: PARÁ

- O número de empregos formais no estado alcançou 796,2 mil em dezembro de 2007, configurando um crescimento de 7,79% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Esse aumento, em números absolutos, representou um acréscimo de 57,6 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- Os setores que apresentaram os melhores desempenhos, relativamente à geração de empregos, foram a Administração Pública, com a criação de 18,4 mil postos de trabalho (+6,89%), e o Comércio, que gerou mais 13,8 mil postos (+10,67%).
- Em termos relativos, os melhores resultados na comparação com 2006 ocorreram na Construção Civil, com 31,54% de crescimento (+10,7 mil postos de trabalho), e Extrativa Mineral, com elevação de 17,30% (+1,4 mil postos de trabalho).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	7.861	9.221	1.360	17,30
Indústria de Transformação	92.502	92.893	391	0,42
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6.713	7.302	589	8,77
Construção Civil	33.929	44.629	10.700	31,54
Comércio	129.603	143.428	13.825	10,67
Serviços	165.435	174.896	9.461	5,72
Administração Pública	266.986	285.379	18.393	6,89
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	35.573	38.404	2.831	7,96
Total	738.602	796.152	57.550	7,79

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador paraense aumentou 2,74% em relação a dezembro de 2006, como resultado de variações positivas nas remunerações médias recebidas pelos homens (+2,27%) e pelas mulheres (+3,49%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007⁽¹⁾

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.080,80	1.105,34	2,27
Feminino	1.019,57	1.055,19	3,49
Total	1.057,40	1.086,32	2,74

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: PARAÍBA

- O número de empregos formais no estado alcançou 475,5 mil em dezembro de 2007, correspondente ao crescimento de 5,49% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em valores absolutos, esse resultado decorreu do acréscimo de 24,8 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.

- Em valores absolutos, os setores que apresentaram os melhores desempenhos foram a Administração Pública, com a criação de 7,1 mil postos de trabalho (+3,35%), a Indústria de Transformação, que gerou mais 6,8 mil postos (+11,56%), o Comércio, com mais 5,5 mil postos (+9,89%), e os Serviços, com mais 5,2 mil postos de trabalho (+6,17%). O setor de atividade com maior aumento relativo foi o da Construção Civil, que cresceu 18,18% (+2,9 mil postos de trabalho).
- Houve queda no nível de emprego para os setores de atividades Extrativa Mineral (-218 postos de trabalho ou -14,22%) e Agropecuária (-3,2 mil postos ou -20,27%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	1.533	1.315	-218	-14,22
Indústria de Transformação	59.075	65.907	6.832	11,58
Serviços Industriais de Utilidade Pública	7.063	7.715	652	9,23
Construção Civil	15.756	18.621	2.865	18,18
Comércio	56.079	61.623	5.544	9,89
Serviços	84.882	90.121	5.239	6,17
Administração Pública	210.443	217.500	7.057	3,35
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	15.889	12.669	-3.220	-20,27
Total	450.720	475.471	24.751	5,49

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador paraibano manteve-se praticamente estável (+0,04%) em relação a dezembro de 2006, como resultado de variação negativa na remuneração média recebida pelos homens (-1,55%) e positiva na recebida pelas mulheres (+2,18%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007⁽¹⁾

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	972,47	957,40	-1,55
Feminino	833,92	852,06	2,18
Total	910,71	911,10	0,04

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: PERNAMBUCO

- O número de empregos formais no estado alcançou 1,2 milhão em dezembro de 2007, o equivalente a um crescimento de 6,62% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em valores absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 76,9 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- Os setores com o melhor desempenho no tocante à geração de empregos foram a Administração Pública, com a criação de 23,1 mil postos de trabalho (+6,76%), e os Serviços, que geraram mais 20,4 mil postos (+6,05%).
- O único setor com resultado negativo no período foi a Agropecuária, com perda de 3.534 postos de trabalho (-6,45%).
- O melhor desempenho relativo foi da Construção Civil, que cresceu 13,20% (+6,3 mil postos de trabalho).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	1.886	1.979	93	4,93
Indústria de Transformação	175.336	188.405	13.069	7,45
Serviços Industriais de Utilidade Pública	12.220	13.732	1.512	12,37
Construção Civil	47.871	54.190	6.319	13,20
Comércio	190.854	206.787	15.933	8,35
Serviços	337.640	358.065	20.425	6,05
Administração Pública	341.991	365.117	23.126	6,76
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	54.758	51.224	-3.534	-6,45
Total	1.162.556	1.239.499	76.943	6,62

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador pernambucano aumentou 1,74% em relação a dezembro de 2006, como resultado do crescimento nas remunerações médias percebidas pelos homens (+1,04%) e pelas mulheres (+2,87%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.029,60	1.040,31	1,04
Feminino	952,41	979,71	2,87
Total	998,52	1.015,86	1,74

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: PIAUÍ

- O número de empregos formais no estado alcançou 298,8 mil em dezembro de 2007, configurando um crescimento de 1,90% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em números absolutos, esse total representa um incremento de 5,6 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- No tocante à geração de empregos, os melhores resultados setoriais foram os do Comércio, com a criação de 4,0 mil postos de trabalho (+8,15%), e da Administração Pública, com cerca de 1,4 mil postos (+1,11%).
- O único desempenho negativo foi o da Construção Civil, que eliminou 2,6 mil postos de trabalho (-16,88%).
- O maior crescimento relativo foi o dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, com 29,43% (+921 postos de trabalho).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	620	778	158	25,48
Indústria de Transformação	22.560	23.289	729	3,23
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.129	4.050	921	29,43
Construção Civil	15.156	12.597	-2.559	-16,88
Comércio	49.556	53.594	4.038	8,15
Serviços	72.412	72.905	493	0,68
Administração Pública	125.058	126.446	1.388	1,11
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	4.757	5.172	415	8,72
Total	293.248	298.831	5.583	1,90

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador piauiense aumentou 0,18% em relação a dezembro de 2006, como resultado da redução na remuneração média percebida pelos homens (-0,42%) e aumento na remuneração média das mulheres (+0,34%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007⁽¹⁾

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Varição Relativa (%)
Masculino	1.012,61	1.008,40	-0,42
Feminino	888,79	891,81	0,34
Total	952,86	954,55	0,18

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: PARANÁ

- O número de empregos formais no estado alcançou 2,4 milhões em dezembro de 2007, como resultado do crescimento de 5,67% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em termos absolutos, essa performance decorreu do acréscimo de 127,6 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- Os setores que apresentaram os melhores desempenhos no período, em números absolutos, foram a Indústria de Transformação, que gerou 52,7 mil postos de trabalho (+9,88%), o Comércio, com 36,1 mil postos (+7,98%), e os Serviços, com a criação de 32,5 mil postos de trabalho (+4,81%).
- Em termos relativos, o maior crescimento na comparação com 2006 foi o da Construção Civil, com crescimento de 16,98% (+11,1 mil postos).
- Os únicos setores que apresentaram resultado negativo no período foram a Administração Pública (-4,9 mil postos de trabalho ou -1,22%) e os Serviços Industriais de Utilidade Pública (-292 postos de trabalho ou -1,24%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	5.137	5.328	191	3,72
Indústria de Transformação	533.130	585.818	52.688	9,88
Serviços Industriais de Utilidade Pública	23.554	23.262	-292	-1,24
Construção Civil	65.655	76.802	11.147	16,98
Comércio	452.084	488.158	36.074	7,98
Serviços	676.813	709.362	32.549	4,81
Administração Pública	403.483	398.574	-4.909	-1,22
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	91.434	911.327	193	0,21
Total	2.251.290	2.378.931	127.641	5,67

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador paranaense cresceu 2,02% em relação a dezembro de 2006, como resultado de variações positivas nas remunerações médias recebidas pelos homens (+1,56%) e pelas mulheres (+2,77%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.303,57	1.323,94	1,56
Feminino	1.040,38	1.069,21	2,77
Total	1.192,72	1.216,76	2,02

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: RIO DE JANEIRO

- O número total de empregos formais registrados no Rio de Janeiro em dezembro de 2007 atingiu 3,7 milhões, representando um crescimento de 8,66% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em termos absolutos, esse resultado decorreu da geração de 292,2 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.

- Os setores com os melhores desempenhos, em números absolutos, foram a Administração Pública, que criou 122,3 mil postos de trabalho (+18,08%), e os Serviços, com a geração de 100,7 mil postos (+6,99%).
- Apenas os setores de Atividade Extrativa Mineral (-3,8 mil postos de trabalho ou -10,07%) e Agropecuária (-1,9 mil postos ou -6,91%) apresentaram desempenho negativo no período.

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	38.040	34.210	-3.830	-10,07
Indústria de Transformação	360.996	377.065	16.069	4,45
Serviços Industriais de Utilidade Pública	48.380	49.050	670	1,38
Construção Civil	147.525	158.096	10.571	7,17
Comércio	634.619	682.230	47.611	7,50
Serviços	1.441.012	1.541.720	100.708	6,99
Administração Pública	676.229	798.504	122.275	18,08
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	26.826	24.971	-1.855	-6,91
Total	3.373.627	3.665.846	292.219	8,66

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador fluminense elevou-se em 1,93% em relação a dezembro de 2006, como resultado de variações positivas nas remunerações médias recebidas pelos homens (+1,35%) e pelas mulheres (+3,16%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007⁽¹⁾

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.644,71	1.666,94	1,35
Feminino	1.340,79	1.383,14	3,16
Total	1.523,70	1.553,12	1,93

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: RIO GRANDE DO NORTE

- O número de empregos formais no estado alcançou 498,5 mil em dezembro de 2007, representando um crescimento de 4,88% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em valores absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 23,2 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- Os setores que apresentaram os melhores desempenhos, em termos absolutos, foram a Indústria de Transformação, com a criação de 8,3 mil postos de trabalho (+14,81%), o Comércio, que gerou 7,6 mil postos (+10,23%), e os Serviços, com 6,4 mil postos (+6,00%).
- Apenas a Agropecuária apresentou desempenho negativo, eliminando 2,2 mil postos de trabalho (-10,31%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	8.021	8.792	771	9,61
Indústria de Transformação	56.278	64.614	8.336	14,81
Serviços Industriais de Utilidade Pública	6.649	6.753	104	1,56
Construção Civil	24.876	25.707	831	3,34
Comércio	74.217	81.807	7.590	10,23
Serviços	106.471	112.863	6.392	6,00
Administração Pública	177.391	178.778	1.387	0,78
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	21.354	19.153	-2.201	-10,31
Total	475.257	498.467	23.210	4,88

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador no estado teve elevação de 0,92% em relação a dezembro de 2006, decorrente de elevações nas remunerações médias percebidas pelos homens (+1,42%) e pelas mulheres (+0,27%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Varição Relativa (%)
Masculino	1.092,44	1.107,96	1,42
Feminino	942,13	944,67	0,27
Total	1.028,73	1.038,19	0,92

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: RONDÔNIA

- O número de empregos formais no estado alcançou 245,5 mil em dezembro de 2007, correspondendo a um crescimento de 7,91% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Esse aumento representa, em termos absolutos, mais 18,0 mil postos de trabalho em relação ao mesmo mês do ano anterior.
- Os setores que apresentaram os melhores desempenhos foram o Comércio, com a criação de 5,0 mil postos de trabalho (+10,04%), a Administração Pública, que gerou 4,2 mil postos (+4,60%), os Serviços, com 3,7 mil postos (+9,02%), e a Indústria de Transformação, com mais 3,6 mil postos (+12,84%).
- Em termos relativos, os maiores crescimentos na comparação com 2006 foram da Extrativa Mineral (+20,83%), da Indústria de Transformação (+12,84%) e do Comércio (+10,04%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	648	783	135	20,83
Indústria de Transformação	27.960	31.551	3.591	12,84
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.167	2.376	209	9,64
Construção Civil	5.919	6.311	392	6,62
Comércio	49.359	54.315	4.956	10,04
Serviços	41.282	45.007	3.725	9,02
Administração Pública	92.443	96.692	4.249	4,60
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	7.746	8.479	733	9,46
Total	227.524	245.514	17.990	7,91

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador rondoniense aumentou 0,46% em relação a dezembro de 2006, como resultado da redução na remuneração média percebida pelos homens (-0,94%) e aumento na remuneração média das mulheres (+2,29%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.290,82	1.278,65	-0,94
Feminino	1.114,24	1.139,81	2,29
Total	1.213,75	1.219,29	0,46

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: RORAIMA

- Em dezembro de 2007, o número de empregos formais no estado foi de 45,7 mil, correspondendo à elevação de 24,51% sobre o estoque de emprego registrado em dezembro de 2006. Em números absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 9,0 mil postos de trabalho, em relação ao ano anterior.

- Todos os setores econômicos apresentaram desempenhos positivos, merecendo destaque a Administração Pública, que respondeu pela geração de 4,7 mil postos de trabalho (+38,25%), e os Serviços, com o incremento de 2,2 mil postos (+22,67%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	15	42	27	180,00
Indústria de Transformação	1.814	1.845	31	1,71
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.163	1.270	107	9,20
Construção Civil	2.949	3.937	988	33,50
Comércio	8.151	9.115	964	11,83
Serviços	9.483	11.633	2.150	22,67
Administração Pública	12.168	16.822	4.654	38,25
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	995	1.078	83	8,34
Total	36.738	45.742	9.004	24,51

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador roraimense teve um decréscimo de 6,71% em relação a dezembro de 2006, decorrente de reduções nas remunerações médias percebidas pelos homens (-6,00%) e pelas mulheres (-7,49%). Entretanto, esse desempenho de Roraima deve ser relativizado, pois em 2006 verificou-se omissão de informações de estabelecimentos com números expressivos de postos de trabalho.

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.691,19	1.589,71	-6,00
Feminino	1.523,11	1.409,00	-7,49
Total	1.616,88	1.508,42	-6,71

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: RIO GRANDE DO SUL

- O número de empregos formais no estado alcançou 2,4 milhões em dezembro de 2007, representando um crescimento de 4,53% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em números absolutos, essa performance decorreu do acréscimo de 105,1 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- No âmbito setorial, os melhores desempenhos em termos absolutos foram registrados pela Indústria de Transformação, com a geração de 32,8 mil postos de trabalho (+5,27%), pelo Comércio, que criou 28,1 mil postos (+6,49%), e pelos Serviços, com 21,1 mil postos de trabalho (+2,72%).
- Em termos relativos, o melhor desempenho coube à Construção Civil, com o crescimento de 12,47% (+9,0 mil postos de trabalho).
- O único setor a apresentar desempenho negativo foi o da atividade Extrativa Mineral, que eliminou 106 postos de trabalho no período (-1,92%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	5.526	5.420	-106	-1,92
Indústria de Transformação	621.953	654.733	32.780	5,27
Serviços Industriais de Utilidade Pública	22.266	23.616	1.350	6,06
Construção Civil	72.001	80.976	8.975	12,47
Comércio	432.622	460.695	28.073	6,49
Serviços	776.819	797.921	21.102	2,72
Administração Pública	317.995	327.261	9.266	2,91
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	71.565	75.222	3.657	5,11
Total	2.320.747	2.425.844	105.097	4,53

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador gaúcho reduziu-se em 0,51% em relação a dezembro de 2006, como resultado de variações negativas nas remunerações médias percebidas pelos homens (-0,27%) e pelas mulheres (-0,94%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.456,01	1.452,10	-0,27
Feminino	1.182,17	1.171,11	-0,94
Total	1.336,28	1.329,41	-0,51

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: SANTA CATARINA

- O número de empregos formais no estado alcançou 1,7 milhão em dezembro de 2007, representando um crescimento de 6,22% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em valores absolutos, essa performance decorreu do acréscimo de 99,3 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- Todos os setores tiveram desempenho positivo, com destaque para a Indústria de Transformação, com um saldo de 38,1 mil postos (+7,17%), seguida pelo Comércio (+24,5 mil postos ou +8,22%), pelos Serviços (+10,9 mil postos ou +2,51%) e pela Construção Civil (+10,2 mil postos ou +19,28%).
- Em termos relativos, o melhor desempenho na comparação com 2006 foi o dos Serviços Industriais de Utilidade Pública, com crescimento de 41,84% (mais 5,1 mil postos de trabalho).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	6.299	6.697	398	6,32
Indústria de Transformação	531.464	569.590	38.126	7,17
Serviços Industriais de Utilidade Pública	12.302	17.449	5.147	41,84
Construção Civil	52.822	63.005	10.183	19,28
Comércio	298.070	322.586	24.516	8,22
Serviços	432.335	443.208	10.873	2,51
Administração Pública	222.588	232.401	9.813	4,41
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	42.574	42.864	290	0,68
Total	1.598.454	1.697.800	99.346	6,22

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador catarinense teve elevação de 1,05% em relação a 2006, como consequência de aumentos nas remunerações médias percebidas pelos homens (+1,25%) e pelas mulheres (+1,11%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.319,84	1.336,40	1,25
Feminino	1.012,21	1.023,41	1,11
Total	1.191,70	1.204,23	1,05

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: SERGIPE

- O número de empregos formais no estado alcançou 320,7 mil em dezembro de 2007, correspondendo a um crescimento de 6,01% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em números absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 18,2 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.

- Os setores com os melhores comportamentos, no tocante à geração de empregos, foram os Serviços, com a criação de 32,0 mil postos de trabalho (+45,07%), a Construção Civil, com 3,1 mil postos (+16,45%), e o Comércio, com 3,0 mil postos (+6,99%).
- Três setores apresentaram desempenhos negativos: Administração Pública (-22,0 mil postos ou -18,15%), Extrativa Mineral (-72 postos ou -1,77%) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-20 postos de trabalho ou -0,55%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	4.074	4.002	-72	-1,77
Indústria de Transformação	31.765	33.206	1.441	4,54
Serviços Industriais de Utilidade Pública	3.662	3.642	-20	-0,55
Construção Civil	18.819	21.915	3.096	16,45
Comércio	42.394	45.357	2.963	6,99
Serviços	71.006	103.011	32.005	42,07
Administração Pública	121.223	99.221	-22.002	-18,15
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	9.551	10.322	771	8,07
Total	302.494	320.676	18.182	6,01

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador sergipano aumentou 0,21% em relação a dezembro de 2006, como resultado da elevação na remuneração média percebida pelos homens (+0,65%) e redução na remuneração média das mulheres (-0,52%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007⁽¹⁾

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.199,14	1.206,96	0,65
Feminino	1.084,33	1.078,69	-0,52
Total	1.150,68	1.153,06	0,21

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: SÃO PAULO

- O número total de empregos formais registrados no estado atingiu 11,1 milhões em dezembro de 2007, correspondendo a um crescimento de 7,40% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em valores absolutos, essa performance decorreu do acréscimo de 763,8 mil postos de trabalho em relação a dezembro do ano anterior.
- Os setores que apresentaram os melhores desempenhos, em termos absolutos, foram os Serviços, com a criação de 275,6 mil postos de trabalho (+7,35%), a Indústria de Transformação, que gerou 174,7 mil postos (+7,37%), e o Comércio, com 160,0 mil postos (+8,33%).
- Em termos relativos, o melhor desempenho na comparação com 2006 foi o da Construção Civil, com crescimento de 20,87% (+75,1 mil postos de trabalho).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	14.470	15.334	864	5,97
Indústria de Transformação	2.369.974	2.544.678	174.704	7,37
Serviços Industriais de Utilidade Pública	87.934	92.768	4.834	5,50
Construção Civil	359.852	434.963	75.111	20,87
Comércio	1.920.752	2.080.754	160.002	8,33
Serviços	3.747.597	4.023.232	275.635	7,35
Administração Pública	1.457.431	1.518.034	60.603	4,16
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	357.108	369.141	12.033	3,37
Total	10.315.118	11.078.904	763.786	7,40

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.
Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador paulista apresentou aumento de 0,88% em relação a dezembro de 2006, decorrente de variação positiva na remuneração média percebida pelos homens (+1,45%) e negativa na recebida pelas mulheres (-0,02%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007⁽¹⁾

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Varição Relativa (%)
Masculino	1.709,95	1.734,73	1,45
Feminino	1.376,81	1.376,51	-0,02
Total	1.577,52	1.591,43	0,88

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Principais Resultados: TOCANTINS

- O número de empregos formais no estado alcançou 203,6 mil em dezembro de 2007, representando um crescimento de 9,58% em relação ao estoque de emprego de dezembro de 2006. Em números absolutos, esse aumento correspondeu ao acréscimo de 17,8 mil postos de trabalho, em relação a dezembro do ano anterior.
- Em termos absolutos, os setores que apresentaram os melhores desempenhos foram a Construção Civil, com a geração de 4,6 mil postos de trabalho (+55,19%), a Administração Pública, que criou 4,5 mil postos de trabalho (+4,54%), o Comércio, com 3,6 mil postos (+13,26%), e a Indústria de Transformação, com 1,7 mil postos (+15,90%).

Estoque de Empregos Formais por Setor de Atividade

Setores de Atividades Econômicas	2006	2007	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
Extrativa Mineral	640	824	184	28,75
Indústria de Transformação	10.512	12.183	1.671	15,90
Serviços Industriais de Utilidade Pública	2.548	2.850	302	11,85
Construção Civil	8.258	12.816	4.558	55,19
Comércio	26.963	30.537	3.574	13,26
Serviços	24.614	27.381	2.767	11,24
Administração Pública	99.477	103.992	4.515	4,54
Agropecuária Extr. Vegetal, Caça e Pesca	12.779	13.016	237	1,85
Total	185.791	203.599	17.808	9,58

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

- O rendimento real médio do trabalhador tocantinense aumentou 2,33% em dezembro de 2007, em relação a dezembro de 2006, como resultado das elevações nas remunerações médias percebidas pelos homens (+1,95%) e pelas mulheres (+2,64%).

Remuneração Média de Dezembro, em Reais, a Preços de Dez./2007¹

Gênero	2006 (R\$)	2007 (R\$)	Variação Relativa (%)
Masculino	1.158,11	1.180,36	1,92
Feminino	1.055,81	1.083,70	2,64
Total	1.111,67	1.137,57	2,33

Fonte: RAIS – Decreto nº 76.900/1975.

Elaboração: CGET/DES/SPPE/MTE.

Nota: ¹Deflator INPC.

Editoração Eletrônica
e impressão



PARQUE GRÁFICO - MTE
Editoração Eletrônica
Brasília-DF